



Da Cultura

Ano XXI – Nº 36 – Maio de 2021 – ISSN 1984-3690

A Praça Forte de Pamplona Espanha

ARTIGOS

General Edson Leal Pujol - Agradecimento
Synésio Scofano Fernandes

**O Bicentenário da Guerra de
Independência do Brasil**
Adler Homero Fonseca de Castro

Minhas Lembranças do Serviço Ativo
Ivan Pereira de Oliveira

Aniversário da FUNCEB
Synésio Scofano Fernandes

**A ascensão da China, a hegemonia
Norte-americana e a Armadilha de Tucídides**
Paulo Roberto da Silva Gomes Filho

**A Guerra como fenômeno cultural,
O Caso Luso-Brasileiro**
Arno Wehling

O Cerco da Lapa e o Legado de Seus Heróis
Paulo Henrique Camara da Cunha

**Artilharia Antiaérea Sobre Lagartas no
Exército Brasileiro - Um breve histórico**
Expedito Carlos Stephani Bastos

REPORTAGEM

A Praça Forte de Pamplona
Jose Vicente Valdenero Garcia

DaCultura

REVISTA

Diretor
Synésio Scofano Fernandes

Editor
Fundação Cultural Exército Brasileiro

Redator-Chefe
Paulo Roberto Rodrigues Teixeira

Colaborador
Juarez Genial

Revisão
Álvaro Luis Sarkis da Silva

Assistente de redação
Francisco Ferreira Machado
Marcos Trajano de Souza

Editoração eletrônica
Murillo Machado

Impressão
Veloprint Gráfica

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da Revista e do Exército Brasileiro.

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser produzidos em formato A4 (210 x 297), com margens de 2,5cm (usar apenas um lado de cada folha, com letras de 12 pontos e entrelinhamento duplo), acompanhados de uma síntese do currículo e do endereço postal.

Os originais encaminhados à redação não serão devolvidos.

As referências bibliográficas devem ser feitas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Por imposição de espaço, a redação, sem alterar o sentido e o conteúdo, pode fazer pequenas alterações no texto original.

Fundação Cultural Exército Brasileiro
Palácio Duque de Caxias
Praça Duque de Caxias
Nº 25 – Centro
Ala Marcílio Dias – 5º andar
Rio de Janeiro – RJ
CEP 20221-260
Tel: 21 2519-5352
Fax: 21 2519-5106
E-mail: funcceb@funcceb.org.br
www.funcceb.org.br

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

Distribuição gratuita
Tiragem: 9.000 exemplares

Sumário

ARTIGOS

04 - General Edson Leal Pujol - Agradecimento

Synésio Scofano Fernandes

05 - O Bicentenário da Guerra de Independência do Brasil

Adler Homero Fonseca de Castro

15 - Minhas Lembranças do Serviço Ativo

Ivan Pereira de Oliveira

16 - Aniversário da FUNCEB

Synésio Scofano Fernandes

18 - A ascensão da China, a hegemonia Norte-americana e a Armadilha de Tucídides

Paulo Roberto da Silva Gomes Filho

24 - A Guerra como fenômeno cultural, O Caso Luso-Brasileiro

Arno Wehling

34 - O Cerco da Lapa e o Legado de Seus Heróis

Paulo Henrique Camara da Cunha

44 - Artilharia Antiaérea Sobre Lagartas no Exército Brasileiro - Um breve histórico

Expedito Carlos Stephani Bastos

52 - A Praça Forte de Pamplona

Jose Vicente Valdenero Garcia



AGRADECIMENTOS

Ao Ten Cel Cav Maurício Tinoco, Comandante do Centro de Idiomas do Exército, que prontamente respondeu à nossa solicitação, traduzindo o texto em espanhol, da reportagem sobre as "Fortificações de Pamplona".

Aos nossos articulistas, que se expressaram de forma inteligente, demonstrando conhecimento profundo dos assuntos abordados, contribuindo para a valorização desta edição.

À FHE que, mais uma vez, patrocinou esta revista, entendendo o valor cultural que ela representa para os nossos leitores.

"Ele me invocará e eu lhe responderei; estarei com ele na angústia; livrá-lo-ei e o glorificarei."

Sl 91:15



Nossa capa

Fortaleza de Pamplona
Espanha

Editorial

Não podemos deixar de nos referir à tragédia que se abate sobre todos nós humanos, exigindo muita serenidade, persistência e solidariedade.

Na História da Humanidade, já ultrapassamos muitos outros episódios, que exigiram a capacidade de reconstruir e prosseguir no aperfeiçoamento da nossa humanização.

É certo que teremos de nos adaptar a modificações que ocorrerão em diferentes áreas da vida (educacional, econômica, do transporte, da segurança pública, urbanística, cultural enfim), impondo-nos muitos sacrifícios. Mas a Revista DaCultura não pode deixar de ressaltar, mais uma vez, o exemplo que os profissionais da área de saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, técnicos de enfermagem e muitos outros especialistas) divulgam à nossa sociedade. Não só de capacidade técnico profissional, mas, sobretudo, de dedicação, de superação da adversidade, de amor ao próximo. São modelos para todos os brasileiros.

O Exército, por intermédio das suas Organizações Militares espalhadas por todo o País, tem emprestado todo tipo de apoio aos brasileiros, alcançando rincões os mais inacessíveis para proporcionar assistência médica, medicamentos, evacuação, imunização e outros serviços que se fizerem necessários.

A nossa FUNCEB acabou de completar 21 anos. Este número da Revista DaCultura está registrando algumas das realizações da nossa Fundação, que prossegue na sua missão de congregar militares e civis (estes que emprestam seus nomes e se dedicam, graciosamente, a trabalhar para a Fundação).

O Professor Adler, nosso Benemérito e Autor da Coleção de livros Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro, aborda no texto “O Bicentenário da Guerra de Independência do Brasil”, com muita inteligência e propriedade, as preliminares da Independência do Brasil. Demonstra como esse episódio não pode ser considerado como uma fase da nossa História em que o Poder Militar não fosse um dos fatores preponderantes para o desdobramento dos acontecimentos. A Independência do Brasil está envolta em inúmeros incidentes de natureza militar que se desdobram por todo o território brasileiro e que conformam as suas características históricas.

O Cel Ivan Pereira de Oliveira faz um relato sucinto da trajetória da sua vida militar. Foram 33 anos inteiramente dedicados ao nosso Exército. São Borja de 1961, Rio Branco no Acre, Manaus, Rio de Janeiro, Porto Velho em Rondônia, Brasília, Belém.

Uma trajetória muito comum à Família Militar. Balizada pelo provisório, pelo imprevisto, que dificultam a adaptação social, a educação dos filhos e a constituição de um patrimônio material, mínimo que seja.

O Cel Paulo Roberto da Silva Gomes Filho apresenta uma riquíssima apreciação sobre a atual situação geoestratégica, enfocando, especialmente, o papel ascendente da China no panorama mundial. Aborda a balança de poder entre EUA e China, em aspectos relevantes do Extremo Oriente.

O Professor Arno Wehling, membro da Academia Brasileira de Letras onde ocupa a cadeira nº37, Presidente de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Membro do Conselho Técnico-Consultivo da FUNCEB, traz-nos, à reflexão, o tema da Guerra como fenômeno cultural. Trata, especialmente, do caso Luso-Brasileiro.

Diz o Professor Arno, citando FULLER, “... na guerra não vos deixeis aprisionar de forma alguma ao absoluto. Não vos ateis a acordos ou decisões irrevogáveis”.

“O Cerco da Lapa e o Legado dos Seus Heróis” é o texto que o Ten Cel Paulo Henrique Camara da Cunha nos oferece. Inicialmente, faz uma abordagem histórica de episódios, pouco conhecidos, que se desenvolveram no Sul do Brasil, logo após a proclamação da República e que tomaram o nome genérico de Revolução Federalista.

Acontecimentos cheios de heroísmo em que avulta a figura ímpar do Gen Gomes Carneiro.

Em seguida, o Ten Cel Paulo Henrique, como que fundado nesse passado heroico, descortina o esforço que o nosso querido Exército vem empreendendo para modernizar a nossa Artilharia. Indica-nos os novos materiais que estão sendo previstos e as novas concepções que estão sendo vislumbradas para emprego da Artilharia do Exército Brasileiro.

Um trabalho primoroso.

O Prof. Expedito, Pesquisador de Assuntos Militares da Universidade de Juiz de Fora e colaborador habitual da FUNCEB, continua com sua série de estudos sobre o desenvolvimento do material bélico no Brasil. Agora, enfoca a artilharia antiaérea sobre lagartas no Exército Brasileiro, colocando à disposição do leitor preciosas informações. Diz-nos o Professor Expedito que a origem da artilharia brasileira está no ano de 1930, quando metralhadoras Hothckiss e Schwarzlose foram adaptadas para a proteção de cidades, portos e campos de aviação.

“A Praça Forte de Pamplona” é a magnífica contribuição do Dr. José – Vicente Valdenegro Garcia, Arquiteto, Professor de Engenharia da Universidade Pública de Navarra (Espanha), Membro do ICOMOS para a Revista DaCultura.

O Professor Jose Vicente faz um estudo minucioso, sob o ponto de vista histórico, arquitetônico e urbanístico, da área ocupada pela cidadela de Pamplona, na Espanha. Mas, também, levanta uma questão fundamental, para nós, detentores de um riquíssimo patrimônio cultural constituído por mais de 1.200 fortificações disseminadas por um território continental. É intrigante constatar-se, na área de Pamplona, as iniciativas visando à interferência e mesmo à demolição de construções Históricas com o objetivo de viabilizar projetos urbanísticos, facilitar o transporte público, enquanto, entre nós, temos de aproximar, vencendo grandes vazios demográficos.

A Revista DaCultura está completando 20 anos e nunca é bastante reafirmar a importância do nosso Redator Chefe, Cel Paulo Teixeira, para essa existência.

O Cel Paulo, como já foi dito, tem sido o Corpo e a Alma da Revista DaCultura.

Boa leitura.

Synésio Scofano Fernandes

Diretor da Revista DaCultura

A photograph of General Edson Leal Pujol, a man with grey hair and glasses, wearing a dark green military uniform with several stars on the collar and a patch that says "MONTANHA". He is seated at a desk with a microphone and a glass of water in front of him. The background is blurred.

General Edson Leal Pujol

**Comandante do Exército
Janeiro de 2019 – Abril de 2021**

Na qualidade de Diretor da Revista DaCultura e com a convicção de expressar os sentimentos de todos aqueles, civis e militares, que integram os quadros da Fundação Cultural Exército Brasileiro - FUNCEB - levo, ao General Edson Leal Pujol, o mais profundo agradecimento pelo apoio recebido durante os anos em que transcorreram o seu notável Comando.

Saiba VExa que nos deixou a marca de sua competência e responsabilidade, apontando-nos a direção a seguir e indicando-nos as atitudes e os valores que sustentam o nosso querido Exército.

A sua liderança arrebatou-nos pelos exemplos a serem seguidos.

Gen Div Synésio Scofano Fernandes

O bicentenário da guerra de Independência do Brasil

Pedro, põe a coroa sobre tua cabeça antes que um aventureiro lance mão dela.



Pedro I e a coroa, retratados pouco depois da Independência

Adler Homero Fonseca de Castro

O cronista Joaquim Manuel de Macedo, o autor do livro *A Moreninha*, escreveu em sua obra, *Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primária*, de 1851, que o rei D. João VI, ao embarcar de volta para Portugal, em abril de 1821, teria abraçado seu filho, o príncipe D. Pedro, e dito o seguinte: “*Pedro, o Brasil brevemente se separará de Portugal; se assim for, põe a coroa sobre a tua cabeça, antes que algum aventureiro lance mão dela*”. A frase viria se tornar um símbolo do processo de Independência do Brasil, como algo feito pacificamente, de “pai para filho”.

Para o governo e a elite intelectual do Império era importante criar e consolidar uma noção de continuidade com o passado da Nação, especialmente considerando os conturbados anos do período da Regência (1831-1840), muitos deles caracterizados por lutas contra os elementos portugueses que tinham permanecido no Brasil. Por isso, os historiadores e cronistas começaram a criar uma visão pacífica, voltada para uma percepção idealizada de qual teria sido a então recente história do Império. Parte dessa proposta era criar a noção de que o processo de Independência fora

pacífico e tranquilo e a campanha feita para firmar essa forma de ver a história do País foi muito bem-sucedida. Nas páginas desta *DaCultura*, já foi publicado um artigo dizendo que a Independência foi feita “sem guerra e sem sangue” e o autor dessas linhas, ao dar uma aula sobre as fortificações construídas na Bahia em 1822, durante a Guerra de Independência, foi perguntado por uma professora: “mas que guerra é essa?” Em outro momento, vi alunos fazerem troça de um baiano, quando se discutiam as comemorações do 2 de julho, ambos os casos mostrando o desconhecimento total que há sobre o assunto.

Trabalho em um órgão da Cultura, que participa dos preparativos para a celebração do bicentenário da Independência, vejo nos documentos internos só se falar do 7 de setembro, como se a separação do Brasil de Portugal se resumisse a uma ação individual de Pedro I naquela data – e nada mais. Hoje em dia não se pensa na Independência como algo que foi dispendioso, demorado e obtido à custa de muito sangue. Um problema que se agravou quando certos fatos da história do Brasil passaram a ser considerados como pouco importantes, pois justamente tratavam de uma série de acontecimentos de um processo que era “inevitável” e que ocorreria de qualquer maneira, sem oposição. Queremos mostrar que a história real pode ser vista de forma bem diferente.

Um fato importante a lembrar é que desde o século XVIII já havia um sentimento de haver uma nacionalidade brasileira em oposição a uma pátria portuguesa, a que todos pertenceriam. Também ficava cada vez mais evidente que o esquema de exploração colonial não era um que fosse feito para beneficiar os brasileiros, algo que foi bem resumido por Luís dos Santos Vilhena, que, em 1801, escreveu “não é das menores des-



Monumento à Independência na Bahia, 2 de julho de 1823

graças o viver em colônias”, referente à situação da Bahia naquele período. Havia um crescente ressentimento para com Portugal, que não dava retorno para os pesados impostos recolhidos no Brasil, enviados sem muita preocupação do que era necessário no País: há uma noção muito errada de que Portugal pagava despesas da Colônia, o que é totalmente falso. Os impostos locais, cobrados de brasileiros, eram que sustentavam as despesas feitas na Europa, a ponto de um plano defensivo elaborado em São Paulo no período das guerras com a Espanha não poder ter sido implantado pois, como pensava o governador Morgado de Mateus, “não é justo que se defraudem os Reais quintos de S. Majestade que são necessários para os outros gastos já estabelecidos da Monarquia e para se sustentar o Real esplendor do trono”.

A vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, em 1808, diminuiu as tensões que havia ao dar uma certa autonomia à administração local e pela criação de uma série de organismos burocráticos que antes só havia na Europa, dando maiores oportunidades para brasileiros subirem na burocracia governamental. Além disso, o governante passou a reinar no Brasil, que antes sempre estivera afastado das vistas das autoridades portuguesas, mais interessadas em assuntos europeus. A criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves viria a reforçar a impressão que se criava, de que não éramos mais subordinados, mas sim parceiros. Só que se isso era considerado como positivo para os brasileiros, os lusitanos encaravam a ação de forma diferente. Por exemplo, as guerras no Sul contra os Espanhóis e suas antigas colônias tinham sido feitas sempre com tropas brasileiras, do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, de Minas Gerais e Pernambuco. Um regimento de milícias, a *Legião de São Paulo*, que em teoria só deveria servir por um curto espaço de tempo, dentro das fronteiras da capitania, ficou onze anos combatendo no Sul, entre 1817 e 1828, tudo isso pago com dinheiro de impostos do Rio de Janeiro e de São Paulo. No entanto, quando Portugal enviou a *Divisão de Voluntários Reais* para o Sul do Brasil, em 1816, com os custos sendo arcados pela metrópole, isso gerou um descontentamento muito grande na Europa, a ponto de se considerar que o pagamento dessas tropas no Brasil foi uma das causas da Revolução do Porto, de 1820.

A Revolução do Porto seria um ponto de inflexão importante na história dos dois países. Pela primeira vez se propunha a aprovação de uma constituição, com claros limites aos poderes do monarca. Para o Brasil, mais importante foi a adesão das diversas capitanias ao movimento constitucional português: já em 1º de janeiro de 1821 os habitantes de Belém, ao receber notícias do movimento revoltoso em Portugal, se levantaram e derrubaram o governador, o conde de



Soldado português do 1º Batalhão de voluntários Reais

Vila Flor, criando uma Junta Governativa, composta por brasileiros e portugueses. O movimento se espalhou pelo resto do Brasil: em fevereiro as tropas em Salvador proclamaram-se pela futura constituição e um contingente que foi enviado para verificar a situação foi alvejado pela artilharia do forte de São Pedro, morrendo um major e dezesseis soldados. Pode-se dizer que os primeiros disparos da Guerra de Independência ocorreram em Salvador.

O futuro Marquês de Abrantes, Felisberto Caldeira Brant, que comandara as forças enviadas contra o motim, mais tarde no mesmo dia, em uma reunião com o governador português, declarou que para o Brasil seria mais vantajoso e oportuno separar-se da antiga metrópole e cuidar dos interesses pró-

prios. Apesar da posição de Caldeira Brant não ter sido levada em conta, foi instaurada uma junta governativa, minando a autoridade do governo colonial.

Um processo semelhante de contestação ocorreu no Rio de Janeiro: no dia 26 de fevereiro, tropas da guarnição se reuniram no Largo do Rocio, hoje praça Tiradentes, fazendo com que D. João VI concordasse em seguir a constituição. Com sua situação em risco, o rei decidiu voltar para Lisboa, mas não foi uma decisão feita sem resistência: em março, a assembleia eleitoral que iria indicar os deputados para as Cortes (parlamento) de Lisboa exigiu que o rei adotasse de imediato a constituição espanhola, o que foi aparentemente aceito. Para impedir isso, tropas portuguesas na cidade atacaram à noite o prédio onde a assembleia se reunia e, à ponta de baionetas, expulsaram os eleitores, matando três pessoas e ferindo diversas outras. No dia seguinte, o rei emitiu decretos anulando o que tinha aprovado antes e embarcou em um navio de guerra português, deixando seu filho, Pedro, como príncipe regente – foi quando teria dito a Pedro para colocar a coroa sobre sua própria cabeça.

Em junho, as tropas portuguesas da *Divisão Auxiliadora*, no Rio de Janeiro, coagiram o príncipe Regente a jurar pela constituição que estava se redigindo em Lisboa, forçaram a mudança do ministério e a que o príncipe tomasse outras medidas, mostrando a pouca autonomia real que ele tinha.

No resto do Brasil as tensões continuaram a aumentar: em Pernambuco, moradores em Goiana exigiram que fosse instalada uma junta governativa; as tropas que permaneciam fiéis a Portugal construíram fortificações em Olinda e essas chegaram a ser atacadas por forças brasileiras, no dia 29 de setembro. As duas principais cidades da Província, Olinda e Recife, ficaram cercadas até que o governador aceitou a formação da junta e embarcou para a Europa com as forças portuguesas sob seu comando.

Para tentar minar o poder de governo do príncipe regente, as Cortes de Lisboa baixaram um decreto declarando que as capitânias do Brasil não deveriam mais se subordinar ao Rio de Janeiro, aboliram os tribunais que tinham sido criados no Brasil e exigiram que o príncipe retornasse para a Europa, marcando passos, visando à recolonização do Brasil. No entanto, a população das províncias se mobilizavam contra a tentativa urdida em Lisboa: a junta provisória de São Paulo pediu que D. Pedro permanecesse no Brasil e no Rio de Janeiro foi feito um abaixo assinado com oito mil assinaturas no mesmo sentido – um volume expressivo, quando vemos que toda a população de homens adultos livres da cidade então não deveria exceder 20.000 pessoas.

No dia 9 de janeiro de 1822, o príncipe decidiu desobedecer às Cortes portuguesas e permanecer no Brasil, no incidente que foi conhecido como *o Fico*. Isso é um acontecimento que é estudado nos livros de história, como um marco fundamental no processo de Independência. Contudo, novamente, se dá ênfase ao ato isolado do Príncipe, como se fosse um degrau de uma escada que ele escalava sozinho. Novamente, na prática, não foi bem assim: o general Avilez, que comandava a Divisão Auxiliadora, se insurgiu contra a decisão de D. Pedro e reuniu suas tropas – 2.000 homens –, nas fortificações do Morro do Castelo, que dominavam a cidade, ameaçando bombardeá-la. Por sua vez, os cariocas prepararam para resistir e dez mil cidadãos armados se agruparam no Campo de Santana, atual praça da República, para expulsar os intrusos. Um combate só não ocorreu pois não havia reservatórios de água no Morro do Castelo, de forma que uma resistência dos portugueses no local era inviável e o general Avilez, ao receber um ultimato de sair ou ser atacado por forças que se reuniam no Rio de Janeiro, aceitou ser removido para o outro lado da baía de Guanabara. Em Niterói, já estavam reunidas unidades regulares e de milícias, que tinham vindo do interior da província, fiéis à

causa brasileira, para manter os portugueses sob vigilância. Em fevereiro, a Divisão Auxiliadora embarcou para Portugal.

Em março, uma esquadra Portuguesa chegou ao Rio de Janeiro, trazendo 1.250 soldados, mas os fortes da cidade, armados e em alerta, impediram o desembarque das tropas, de forma que seguiram para a Bahia, com exceção da fragata *Real Carolina*, que aderiu à causa do príncipe regente.

Voltando em fevereiro de 1822, as cortes de Lisboa tomaram mais um passo tentando reassumir o controle da antiga colônia: o brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães, nascido no Brasil e que era comandante de armas da Bahia, foi substituído pelo tenente-coronel português Madeira de Melo, uma séria quebra na hierarquia militar. A população de Salvador peticionou para que o brigadeiro fosse mantido, mas o pedido não foi aceito e no dia 11 de fevereiro eclodiu um renhido combate nas ruas da cidade, que durou até o dia seguinte. O brigadeiro Guimarães se retirou para o forte de São Pedro, onde o Regimento de Artilharia da Bahia e milicianos se reuniram para o apoiar, sendo municiados pelos paióis do forte. No dia 20, cercado por forças portuguesas e ameaçado de ser bombardeado, o forte se rendeu e o brigadeiro foi preso e remetido para Lisboa. Nesse mesmo dia, tropas portuguesas, em desordem, saquearam prédios da cidade e a abadessa do convento da Lapa, Joana Angélica, foi morta a baionetadas, quando tentava defender o convento de invasão.

Mais tarde, tropas da Divisão Auxiliadora, removida do Rio de Janeiro, desembarcaram em Salvador, reforçando a guarnição portuguesa, que começou operações de



D. Pedro expulsa o general Avilez

guerra aberta: no dia 10 de junho de 1822, Madeira de Melo ordenou um ataque contra Itaparica. O Capitão Joaquim José Teixeira, conhecido como “Trinta Diabos”, assaltou o forte de São Lourenço, matou a sentinela que cumpria o seu dever e inutilizou os canhões do forte. Também destruiu e saqueou casas na vila, fazendo com que a população fugisse para os matos.

Os brasileiros, descontentes com a situação, moveram-se para o interior, indo para a cidade de Cachoeira, onde foi instalada uma *Junta Interina Conciliatória e de Defesa*, em 25 de junho, com várias outras povoações da Bahia aderindo ao movimento – e já era um com características de uma guerra: para reprimir o movimento, a esquadra portuguesa

enviou uma barca canhoneira que bombardeou a cidade, mas o navio foi capturado pelos moradores da vila em uma audaciosa ação.

Era um conflito armado aberto e que envolvia irmãos: além das forças vindas de Portugal, parte dos moradores de Salvador, especialmente os com maiores interesses com o comércio europeu da época, permaneceu fiel à metrópole, enquanto os milicianos mais pobres e os moradores do interior começavam a se armar e mobilizar contra a opressão colonial que se tentava reimplantar. Para auxiliá-los, o príncipe regente enviou para a Bahia uma pequena força naval para bloquear Salvador, controlada por brasileiros – mas essa força teve que abandonar o bloqueio, devido aos reforços navais recebidos por Madeira de Melo. Por sua vez os baianos organizaram uma flotilha com barcos mercantes, armados com canhões retirados dos fortes do Recôncavo, sob o comando do João Francisco de Oliveira, conhecido como “João das Botas”, barcos que operavam nas águas rasas e nos inúmeros canais entre as ilhas do Recôncavo. Em terra, foi enviado o brigadeiro Labatut, com outros oficiais e alguns soldados agruparam forças em Pernambuco, marchando para Salvador, que se preparava para um cerco, recolhendo mantimentos e armamentos nos fortes da cidade – tudo isso antes de 7 de setembro de 1822.

No Rio de Janeiro, o príncipe Regente determinou em agosto que fosse preparado um grande plano de defesa da cidade. Para impedir um contra-ataque português, foram erguidos 26 fortes novos, cobrindo todos os pontos de desembarque, bem como os caminhos que levavam do interior para a cidade, muitas dessas fortificações sendo erguidas pelo esforço voluntário dos moradores da capital. Uma situação semelhante ocorreu em Pernambuco. A partir de agosto, foram construídas 23 fortificações a partir do zero na Província, que se somavam aos vários já existentes, todos reforçados e muitos reformados. Os pernambucanos, que fortemente susten-



Pequeno canhão da
flotilha
de João das Botas

tavam a causa da Independência, também apoiaram a construção de cinco fortes na Paraíba e três em Alagoas. As milícias foram mobilizadas, armamento e navios foram comprados no exterior e se preparavam, de todas as formas, para um conflito.

Foi nessa conjuntura que ocorreu o incidente do Grito do Ipiranga, sobre o qual não temos interesse em falar, pois será muito comentado nos próximos meses, a medida que nos aproximamos do bicentenário. Mas o 7 de setembro foi um momento resultante de uma longa trajetória e de uma situação de tensão e de combates armados que vinham acontecendo desde o início de 1821. Mais importante, esses combates não se encerrariam com as palavras do Imperador: quando disse “Independência ou Morte”, ele pensava numa ameaça real, de vida ou morte, pois havia tropas europeias e facções favoráveis aos portugueses em diversas províncias. Os navios que aderiram à causa brasileira eram poucos, enquanto a esquadra lusitana era poderosa, com diversos navios de grande porte, capazes de derrotar facilmente as poucas embarcações que tinham aderido à Independência. O exército português era grande, bem armado, treinado e liderado, com uma grande experiência de combate, sob o comando do Duque de Wellington das Guerras Napoleônicas, que ocorreram na Península Ibérica de 1808 a 1815.



Fortificações construídas no Rio de Janeiro – agosto de 1822

Havia um medo real de uma contraofensiva: Hipólito da Costa, editor do jornal *Correio Brasiliense*, publicado em Londres, escreveu que: “Notícias de Espanha, referem que a Corte de Madri fez um tratado com a de Lisboa, para esta lhe enviar um auxílio de 12.000 homens, e adiantam mais que, com efeito, um corpo de 2.000 homens de cavalaria, comandados pelo General Bernardo Correia de Castro e Sepúlveda, e um belo parque de artilharia (...). Ora, o governo de Lisboa tem resolvido mandar para o Brasil 8.000 homens, que com esses 12.000 da Espanha fazem 20.000.”

Para repelir essa invasão, foram mobilizados grandes contingentes: no Rio de Janeiro, foram reunidos 10.000 soldados de tropas regulares do Rio de Janeiro, de São Paulo e Minas Gerais, além de um grande número de milicianos da cidade e da Província. Na Bahia, para combater Madeira de Melo, foram reunidos outros 15.000 homens, vindos do Rio de Janeiro e de Pernambuco, mas integrados, principalmente, de patriotas baianos – só na Ilha de Itaparica, então escassamente povoada, se mobilizaram 3.264 voluntários, além de 500 homens que tripulavam a flotilha de pequenos barcos de João das Botas. São comuns em documentos do Exército dessa época as inscrições de voluntários com dizeres semelhantes a esse: “Assentou praça no

recôncavo desta Província com a condição de servir até a evacuação das Tropas Portuguesas que ocupavam aquela cidade”.

Foram feitas nada menos do que 110 novas fortificações no Recôncavo e montada toda uma infraestrutura para abastecer o exército em operações: um arsenal foi erguido em Cachoeira, o relatório do Conselho Interino em Prol do Império, escrito em 1823, dizendo que:

“A pólvora, parte foi tirada das lojas e casas de negócio, e parte fornecida por um cidadão, que a fabrica mui perfeitamente; que o chumbo foi tirado dos sinos das igrejas, serpentinas d’alambiques e pesos das vendas, à exceção da quantidade, que ultimamente recebemos do Rio de Janeiro; que as balas ou foram conquistadas ao inimigo, ou mendigadas de porta em porta àqueles que as tinham, para o uso de pesar; que em suma o Patriotismo Baiano fizera aparecer através de sacrifícios, [tudo] quanto ali se nota.” O relatório continuava, dizendo que faltava tudo: “superabundava apenas o desejo de livrar a Pátria do julgo colonial”.

Não temos espaço aqui para nos alongar sobre a Guerra de Independência na Bahia, mas ela não foi, de forma alguma, uma transação “de pai para filho”. Os portugueses tentaram ativamente derrotar os patriotas: a ilha

de Itaparica foi atacada nada menos do que nove vezes, a ponto de o Imperador Pedro I conceder à ilha o título de “intrépida”. Na batalha de Pirajá (8 de novembro de 1822), participaram 1.300 patriotas e 3.200 portugueses, que não conseguiram romper o cerco brasileiro, a vitória sendo obtida quando o coroneteiro brasileiro Luís Lopes, que tinha recebido ordens de tocar a retirada, resolveu, ao invés, dar o toque de “avançar a cavalaria e degolar o inimigo” – apesar de não haver cavalaria no lado brasileiro. Os portugueses, dispersos no campo de batalha e vulneráveis a um ataque de cavalaria, preferiram se retirar, dando uma grande vitória moral aos brasileiros, que conseguiram vencer um exército mais numeroso e melhor treinado. Não foi um combate rápido e sem importância: uma fonte portuguesa da época menciona que os lusitanos teriam perdido nada menos do que 375 homens, entre mortos e feridos.

Somente em 2 de julho de 1823 – a data em que se comemora a Independência na Bahia – os portugueses, cercados e bloqueados pela esquadra brasileira, vendo seus suprimentos acabar, resolveram abandonar a praça.

Vale a pena lembrar que o jovem tenente Luís Alves de Lima e Silva abandonou seus estudos na Academia Militar para se juntar ao Batalhão do Imperador, onde se destacou em três combates em Salvador, sendo promovido a capitão, em 1824. Era o início da carreira do patrono do Exército, uma situação semelhante à de Joaquim Marques Lisboa, o futuro marquês de Tamandaré, que com 15 anos de idade, se apresentou como voluntário para servir na Guerra de Independência, embarcando como voluntário na fragata *Niterói*, que combateu os portugueses na Bahia. Também não custa dizer que Maria Quitéria, patrona do Quadro Complementar, participou dos combates da Guerra. Ela não



Cavalaria de São Paulo na defesa do Rio de Janeiro

deve ser lembrada apenas como uma mulher que desafiou os padrões de seu tempo, alistando-se pela causa pátria: alcançou fama combatendo nas trincheiras do Saubará, no Recôncavo Baiano, onde as forças de patriotas repeliram dois ataques portugueses. No momento atual, onde se dá importância aos atiradores de precisão, deve-se também dizer que Maria Quitéria está entre as primeiras pessoas a ter essa função, pois foi retratada como uma combatente, usando um dispendioso fuzil de longo alcance, que só era dado a praças escolhidas.

Mas a guerra de Independência não se resumiu à Bahia. No Piauí e Maranhão, onde havia um forte partido favorável aos portugueses, devido aos interesses comerciais de lá serem mais próximos aos de Lisboa do que ao Rio de Janeiro, o Comandante de Armas do Piauí, o major português João José da Cunha Fidié, reuniu 1.000 homens e marchou contra Oeiras, então a capital do Piauí. No rio Jenipapo, em 13 de março de 1823, uma força de patriotas piauienses e cearenses, sem uma organização militar convencional, tentou emboscar os portugueses, sofrendo, contudo, uma derrota esmagadora. Perderam 1.200 homens e os restantes debandaram pela caatinga. Mesmo assim, em face da resistên-

cia, Fidié resolveu se retrair para a cidade de Caxias, no Maranhão. Lá ele foi cercado, tentado infrutiferamente surtidas para levantar o assédio, sem conseguir. Foi uma luta prolongada e difícil, a ponto de o poeta Gonçalves Dias ter escrito sobre as trincheiras das forças de assédio: “Cada pedra que aí jaz encerra a história d’um bravo que morreu”. No dia 30 de julho de 1823, passados mais de dez meses depois do Grito do Ipiranga, o major Fidié se rendeu.

Novamente, devemos lembrar que o conflito não se encerrou nesse momento. Um grande contingente de tropas portuguesas ainda existia na América, colocando em risco o processo de separação política do Brasil; Na então Província Cisplatina, no atual Uruguai, estava a *Divisão de Voluntários Reais*, tropas portuguesas que tinham sido enviadas para lá em 1816 e que tinham levado à incorporação da antiga província espanhola ao Brasil, em 1821. Eram 3.678 homens, muitos deles veteranos das guerras Napoleônicas e ligados à causa constitucionalista portuguesa. Em julho de 1822, seu Comandante, o general Lecor, chegou a pedir navios para fazer o embarque dessas forças para a Europa, mas estes lhe foram negados.

Com a ocupação da cidade fortificada de Montevideu, as tropas que lutavam pela Independência do Brasil, principalmente gaúchos e paulistas, assim como outros uruguaios, que apoiavam o Império, não tinham condições de derrotar os veteranos portugueses, de forma que se estabeleceu um cerco a distância, com vários pequenos choques entre as duas forças. Manoel Luís Osório, que tinha assentado praça com 15 anos na Legião de São Paulo para atuar nas lutas da Independência, participou destes combates, recebendo a patente de alferes (2º tenente) por seus feitos.

A situação permaneceu indecisa no Uruguai enquanto a flotilha lusitana, de sete



Maria Quitéria

navios, controlava as águas do rio da Prata, permitindo que abastecimentos fossem enviados para Montevideu. Somente em outubro de 1823, com a chegada de uma esquadra brasileira e com a derrota da força naval lusitana em um longo combate travado no dia 21, é que a situação das tropas cercadas se tornou insustentável, o comando da Divisão de Voluntários decidindo capitular: em 14 de fevereiro de 1824, as forças portuguesas embarcaram para a Europa, encerrando o período de combates da Guerra da Independência, um ano e cinco meses depois do Grito do Ipiranga. A paz, que poria fim ao conflito, foi assinada em 29 de agosto de 1825, pois Portugal já não



Cemitério do batalhão dos mortos na batalha de Jenipapo

tinha condições de sobrepujar o Exército e a Marinha Imperiais depois das sucessivas derrotas na América.

Nosso objetivo ao escrever essas linhas não é o de recapitular os quatro anos e sete meses que durou a guerra da Independência – o espaço disponível na revista é insuficiente para isso. O que gostaríamos de apontar é a necessidade de lembrar que *houve* uma guerra, que foi mais longa do que a participação brasileira na 2ª Guerra Mundial. Também não foi incruenta – só na batalha de Jenipapo, morreram mais patriotas do que em toda a campanha da Itália: de forma semelhante ao que Thomas Jefferson disse, “o sangue de patriotas regou a árvore da liberdade”. Isso é um ponto que deveria estar sendo enfatizado nas comemorações do bicentenário da Independência, afinal, os movimentos iniciais da Guerra aconteceram no início de 1821, em Belém

e no Rio de Janeiro – há duzentos anos, portanto. Mas esses eventos estão passando em branco, sem serem lembrados.

A memória do conflito foi relevada pela falsa impressão de um movimento pacífico, criada por uma história que procurava enfatizar a continuidade entre os governos Colonial e Imperial. Acredito que essa é uma posição que não deve ser defendida pelas Forças Armadas, pois a guerra é uma parte fundamental na história da formação do País e das Forças. Como historiador, não gostaria de ouvir de novo algo que me foi dito, que a Marinha optou por não batizar um navio com o nome de João das Botas, um dos heróis da Independência, pois considerou que “das Botas” era um nome inadequado. Um esquecimento problemático, tendo em vista o papel heroico daqueles que participaram nas lutas que levaram a liberdade ao País.

Adler Homero Fonseca de Castro

Doutor em História, historiador do IPHAN, Pesquisador do CEPHiMEx, membro do IGHMB, autor da série de livros Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro.

Minhas Lembranças do Serviço Ativo



Após trinta e três anos da ida para inatividade, como se fosse um filme, me vêm as lembranças dos locais onde servi ao Exército. Depois do término do Curso de Intendência na AMAN, fui classificado no 2º RC (Regimento de Cavalaria), em São Borja - RS, conhecido como Regimento João Manoel. Apesar de a cidade não ser considerada fronteira, eu a entendia como tal, pois era vizinha da cidade argentina de Santo Tomé, sendo ambas separadas pelo rio Uruguai.

Depois de dois anos, tentei várias vezes voltar para o Rio de Janeiro, onde nasci e me criei, mas não obtive sucesso.

Em conversa com colegas, no quartel, fiquei sabendo que se fosse transferido para o GEF (Grupamento de Elementos de Fronteira), hoje CMA, após um ano poderia escolher qualquer lugar que indicasse. Um tanto incrédulo, contei ao meu Comandante a ideia que me foi passada. De início, ele não acreditou, mas diante da minha insistência acabou atendendo ao meu pedido.

Em uma semana veio a chamada para me apresentar naquele Grupamento. Foi uma experiência única. Encaminhado para Rio Branco - AC, a segunda fronteira onde conheci algumas cidades carentes de tudo: transporte, alimentação, escola, moradia, saneamento básico, enfim, o necessário para se ter uma vida saudável.

Após um ano, finalmente, cheguei ao Rio de Janeiro, popularmente chamado de Rio. Lá me casei e retornei às viagens. Foram várias transferências: Manaus, onde nasceu uma de minhas filhas; volta ao meu Rio; Porto Velho - RO - a terceira fronteira; Brasília; como consequência da mudança do EGGCF (Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias), a gráfica do Exército, onde me encontrava.

A vida continuou e com as promoções que vieram ascendi ao último posto enquanto servia no QG da Oitava Região Militar em Belém - PA. De lá, voltei à Brasília, conforme pedido da família, onde me fixei até hoje.

Esse relato é uma amostra do que acontece na carreira militar e espero ter colaborado para o entendimento daqueles que, eventualmente, imaginam que a carreira militar seja uma forma de receber benefícios, bons salários, moradia, sem maiores preocupações.

Cel Ivan Pereira de Oliveira

FUNDAÇÃO CULTURAL EXÉRCITO BRASILEIRO

Há 21 anos, trabalhando pelo Patrimônio Cultural Material e Imaterial do Exército e do Brasil.



Instalação da Rádio Verde Oliva

Reinstalação e Recuperação do Projeto Rondon



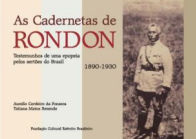
Instalação e Administração Inicial do Projeto Soldado-Cidadão em todo o território brasileiro



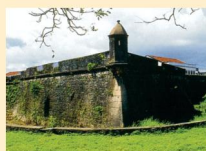
Recuperação do Museu da Segunda Guerra Mundial no Parque do Flamengo, RJ



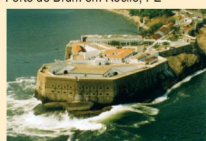
Instalação e manutenção da Banda Sinfônica do Comando Militar do Sudeste



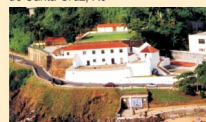
Edição Original da Caderneta de Campo do Marechal Rondon



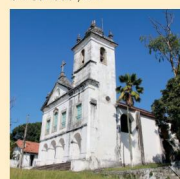
Recuperação do Forte do Brum em Recife, PE



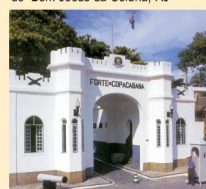
Recuperação da Fortaleza de Santa Cruz, RJ



Reforma do Forte de São Diogo em Salvador, BA



Reforma e restauro da Igreja de Bom Jesus da Coluna, RJ



Restauração do Forte de Copacabana, RJ

Realização do Projeto: Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro; com os levantamentos político, estratégico, militar e arquitetônico minucioso das 1.296 fortificações construídas em território brasileiro, além de 69 construídos no Uruguai e na Guiana Francesa



Da Cultura

Publicada semestralmente, alcançando expressivo número de leitores. O carro-chefe, ao longo desses anos, foram os fortes e fortalezas, que deram origem à Coleção: Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro.

Não perca nunca, cooperação e trabalho gratuitos dos nossos intelectuais, artistas e articulistas, dos nossos empresários e soldados, todos lisonjeados



DPZ propaganda

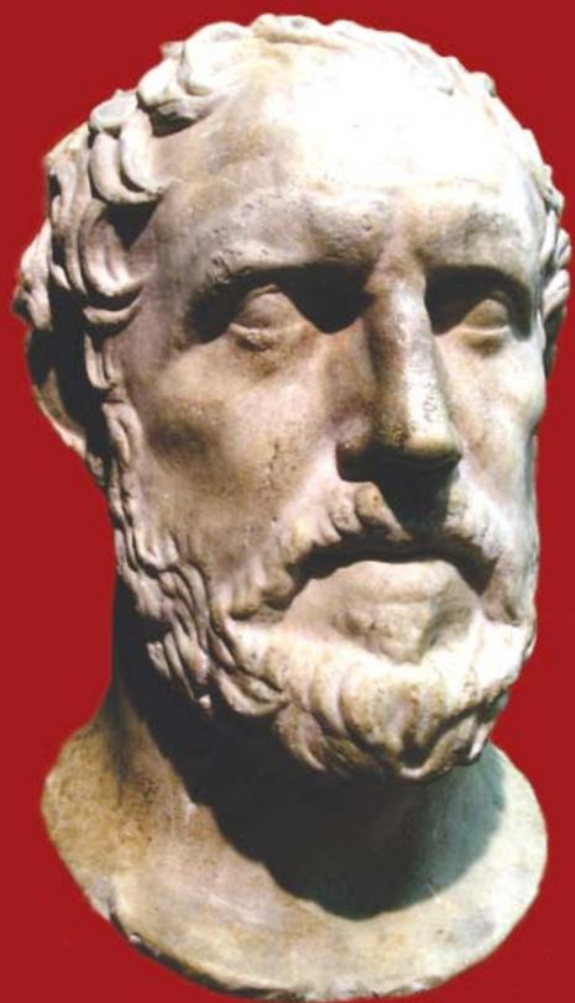
UNIBANCO

Itaú

IPHAN

FHE

e muitos outros



A ascensão da China, a hegemonia Norte-americana e a Armadilha de Tucídides

“A ascensão de Atenas e o temor instilado em Esparta tornaram a guerra inevitável.”

Tucídides, História da Guerra do Peloponeso



Paulo Roberto da Silva Gomes Filho

A impressionante ascensão econômica ocorrida na China, especialmente nas três últimas décadas, causou um desequilíbrio no poder global com uma rapidez sem precedentes na história. Em um piscar de olhos, os ocidentais e, em particular, os norte-americanos, foram apresentados a uma nova realidade: os Estados Unidos da América não estavam mais isolados na posição de potência hegemônica no concerto das nações. A China, agora, tornara-

se um desafiante capaz de ameaçar a liderança dos norte-americanos, primeiro economicamente e, em seguida, em se mantendo o ritmo atual, militarmente.

Embora a velocidade dos acontecimentos que envolvem a atual competição entre China e EUA seja inédita, a dinâmica de uma potência em ascensão desafiar uma potência dominante não é. Isso já aconteceu muitas vezes na história. Quando ocorreu pela primeira vez, essa disputa culminou em uma guerra cujo desenrolar ficou registrado para a posteridade na magistral obra de Tucídides.

O ateniense Tucídides foi um importante historiador da Grécia antiga, autor de “História da Guerra do Peloponeso”¹. Nasido entre os anos de 460 e 455 a.C., relatou os acontecimentos da guerra entre Esparta e Atenas como testemunha da história, de forma objetiva e imparcial. Como um analista crítico, ao relatar objetivamente os acontecimentos, buscou interpretar suas motivações e esclarecer as circunstâncias nas quais os fatos narrados estavam inseridos. Além desses aspectos políticos, como conhecedor da arte da guerra praticada à época, tinha capacidade técnica para descrever com precisão as operações militares, tal como elas ocorriam.

A Guerra do Peloponeso durou 27 anos (de 431 a 404 a.C.) e envolveu todo o mundo helênico. Tucídides não conseguiu contar a história completa, em razão de sua morte, que interrompeu seu relato no ano de 410. Entretanto, a obra, em oito livros, foi mais do que suficiente para deixar “um patrimônio sempre útil”, intenção expressa pelo autor, uma vez que, “sendo a natureza humana imutável, se determinadas circunstâncias se reproduzirem em épocas diferentes, os fatos se repetirão de maneira idêntica ou semelhante”.

E foram as repetições das circunstâncias nas quais uma potência em ascensão desafiou uma potência dominante ao longo da história que levaram o Professor Graham Allison, di-

retor do *Belfer Center for Science and International Affairs*, da Universidade de Harvard, a cunhar a expressão “Armadilha de Tucídides”. Ela apareceu pela primeira vez em 2015, em um artigo na revista *Atlantic*: “*The Thucydides Trap: Are the US and China headed for war?*”²

No artigo, Allison analisa dezesseis situações em que um poder nacional emergente desafiou um poder estabelecido ao longo dos últimos 500 anos, e conclui que, em doze delas, o resultado foi a guerra.

O questionamento que motiva os estudos do autor e de sua equipe é o de saber se a atual geração será capaz de evitar a guerra, escapando da sina demonstrada pela esmagadora maioria das vezes em que as circunstâncias que envolvem a atual ascensão chinesa se repetiram ao longo da história.

Mais do que isso, o estudo de Allison fornece as lentes adequadas, ou seja, uma perspectiva histórica e geopolítica para se analisar a atual confrontação entre China e Estados Unidos, entendendo-a de forma mais ampla do que uma simples competição econômica ou militar.

Em 2017, as ideias apresentadas no artigo foram expandidas no livro “A Caminho da Guerra – Os Estados Unidos e a China conseguirão escapar da Armadilha de Tucídides?”, editado no Brasil pela Editora Intrínseca, com tradução de Cássio de Arantes Leite. Neste estudo, com a profundidade que um livro permite, o autor se debruça mais amiúde sobre as circunstâncias que levaram à guerra nos conflitos apresentados no seu artigo de 2015. Discorre sobre as dúvidas, temores e pressões que assaltavam os líderes daqueles momentos, suas opções estratégicas e suas motivações finais. Para o leitor de hoje, sabedor dos resultados de cada uma daquelas decisões, é muito interessante comprovar que, como Tucídides constatou, a imutabilidade da natureza humana leva homens de diferentes épocas e culturas a tomar decisões semelhantes, por motivações similares, arrastando seus povos à guerra.

¹ Neste ponto, faço um chamado aos profissionais da guerra, especialmente aos mais jovens. Se ainda não leram a História da Guerra do Peloponeso, não percam mais tempo e leiam. É um exercício fundamental ao militar profissional. A obra está disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/0041-historia_da_guerra_do_peloponeso.pdf>.

² GRAHAM, Allison. The Thucydides Trap: Are the U.S. and China Headed for War? *The Atlantic*, 24 Set 2015. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/international/archive/2015/09/united-states-china-war-thucydides-trap/406756/>>. Acesso em 22 Feb 2021.

	PERÍODO		PODER DOMINANTE	PODER EM ASCENSÃO		RESULTADO
1	SÉCULO 16		FRANÇA	HABSBURGOS		GUERRA
2	SÉCULO 16 / 17		HABSBURGOS	IMPÉRIO OTOMANO		GUERRA
3	SÉCULO 17		HABSBURGOS	SUÉCIA		GUERRA
4	SÉCULO 17		PAÍSES BAIXOS	INGLATERRA		GUERRA
5	FINAL SEC 17 / INÍCIO SEC 18		FRANÇA	GRÃ-BRETANHA		GUERRA
6	FINAL SEC 18 / INÍCIO SEC 19		REINO UNIDO	FRANÇA		GUERRA
7	METADE DO SEC 19		REINO UNIDO FRANÇA	RÚSSIA		GUERRA
8	SÉCULO 19		FRANÇA	ALEMANHA		GUERRA
9	FINAL SEC 19 / INÍCIO SEC 20		RÚSSIA CHINA	JAPÃO		GUERRA
10	INÍCIO SÉC 20		REINO UNIDO	ESTADOS UNIDOS		SOLUÇÃO PACÍFICA
11	INÍCIO SÉC 20		RÚSSIA, REINO UNIDO FRANÇA	ALEMANHA		GUERRA
12	METADE SÉC 20		URSS, REINO UNIDO FRANÇA	ALEMANHA		GUERRA
13	METADE SÉC 20		EUA	JAPÃO		GUERRA
14	1970s-1980s		URSS	JAPÃO		SOLUÇÃO PACÍFICA
15	1940s-1980s		EUA	URSS		SOLUÇÃO PACÍFICA
16	1990s-present		REINO UNIDO FRANÇA	ALEMANHA		SOLUÇÃO PACÍFICA

Armadilha de Tucídides nos últimos 500 anos

Fonte: Allison 2015

Mas voltemos à disputa atualmente em curso. A ascensão chinesa não é simplesmente econômica. Especialmente sob a presidência de Xi Jinping, o atual líder chinês, ela representa também uma aspiração de readquirir a supremacia perdida, um sonho de “tomar a China grande outra vez”³.

Esse desejo está fortemente baseado no modo de pensar chinês, na crença arraigada de que a China constituiu uma civilização perene com destino manifesto à gran-

deza e à liderança, condições que sempre existiram ao longo dos seus quatro mil anos de história e que, por um acidente conjuntural, deixaram de ser realidade somente a partir do século 19.

Henry Kissinger abre seu livro “Sobre a China”, tratando dessa perspectiva singular: “Uma característica especial da civilização chinesa é a de que ela parece não ter um início. Perante a história, ela assoma mais como um fenômeno natural permanente do que como um Estado-nação convencional”.

É nesse contexto que Xi Jinping propõe construir uma nação com “uma sociedade modestamente confortável e a transforma-

³ Aqui há uma brincadeira com o lema do ex-presidente Donald Trump, que prometeu, em sua campanha presidencial “to make America great again”. Como veremos, a intenção de Xi Jinping é rigorosamente a mesma.

ção da China em um país socialista moderno, próspero, poderoso, democrático, civilizado e harmonioso – e concretizar o sonho chinês de grande revitalização da nação chinesa.”⁴

Graham Allison traduz essa intenção da seguinte forma: a China deseja ter o papel predominante na Ásia, aquele que tinha antes da intromissão ocidental do século 19. Deseja restabelecer o pleno controle dos territórios que julga serem seus, como Taiwan e Hong Kong, e não admite movimentos que considera separatistas, em Xinjiang e no Tibete. Almeja recuperar sua esfera de influência histórica ao longo das fronteiras e mares adjacentes e obter o respeito de outras grandes potências nos principais fóruns e nas discussões dos temas mundiais.

É claro que, no caminho para alcançar esses objetivos, os chineses esbarrariam nos interesses de outros povos e outras nações. O restabelecimento da soberania plena sobre Taiwan e Hong Kong contraria os interesses de grande parte dos cidadãos daqueles locais, acostumados ao seu modo de vida, no qual desfrutam de liberdades democráticas inexistentes no sistema político chinês. O mesmo tipo de consideração, com uma maior ênfase nas liberdades religiosas, pode ser feito em relação aos uigures, uma minoria étnica majoritariamente islâmica que habita a distante província chinesa de Xinjiang, na Ásia Central, e dos tibetanos budistas, na fronteira com a Índia.

O controle dos mares adjacentes à China esbarra nos interesses japoneses e dos países do sudeste asiático, além dos insulares do Pacífico ocidental, na disputa pelo controle de recursos energéticos, áreas pesqueiras e das rotas comerciais.

E todos esses possíveis pontos de atrito de alguma forma impactam os interesses norte-americanos na região. Os EUA estão comprometidos com a manutenção do regime taiwanês, política prevista em lei específica⁵, promulgada em 1979, e defendem sem vacilações seus interesses na região. O país mantém

contingentes militares na Coreia do Sul, Japão, Guam, Filipinas, Cingapura e Austrália, além de manter uma frota voltada especificamente para operações no Oceano Pacífico, dentre elas as chamadas “Operações de liberdade de navegação”, quando seus navios de guerra transitam pelo Estreito de Taiwan e pelo Mar do sul da China, para grande irritação dos chineses.

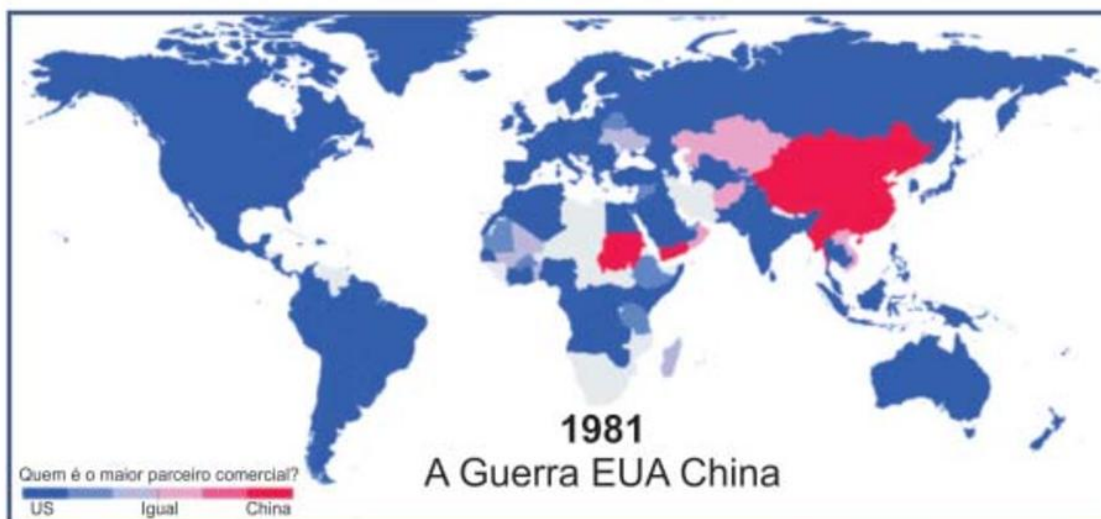
Mas, além das questões que envolvem a China e terceiros países, nas quais os EUA podem acabar envolvidos, há também a disputa direta entre chineses e norte-americanos. Um bom exemplo é o do comércio internacional. No início da década de 1980, os EUA eram o principal parceiro comercial da maior parte dos países. Atualmente, essa situação se inverteu completamente, em favor da China. As figuras que seguem na página seguinte ilustram essa mudança, entre 1981 e 2018, e o atual domínio chinês em termos de comércio exterior.

Entretanto, a principal disputa entre os dois países, que tende a se acirrar nos próximos anos, será pela supremacia tecnológica. Campos como o da inteligência artificial, internet das coisas, robótica, *blockchain*⁶ e internet de 5ª geração são alguns exemplos. E por serem todas tecnologias com potencial disruptivo, que conferem aos seus detentores grande vantagem competitiva, são potencialmente geradoras de imensos conflitos de interesses, que podem evoluir para crises internacionais.

Após todos esses aspectos terem sido levantados, voltemos à pergunta feita no início deste texto: o caminho para a guerra é inevitável? Estariam EUA e China destinados pela Armadilha de Tucídides a um confronto que traria terríveis consequências, não só para os dois países como também para todo o restante da comunidade internacional?

Um primeiro aspecto a se considerar é o grau inédito de interligação econômica existente entre as duas economias. Os EUA e a China possuem um fluxo comercial de aproximadamente US\$ 2 bilhões ao dia. Apenas como comparação, esse era o volume do comércio entre EUA e URSS, durante a guerra fria, ao ano. Suas cadeias de produção estão interligadas. Milhares de empresas norte-

⁴ Discurso de posse de Xi Jinping, na 1ª Sessão da 12ª Assembleia Popular Nacional, em 17 de março de 2013. In Governança da China, de Xi Jinping



Fonte: Fundo Monetário Internacional – FMI



Fonte: Fundo Monetário Internacional – FMI

americanas produzem na China e miram seu mercado consumidor. O maior mercado consumidor da Apple fora dos EUA é a China, país onde a gigante da tecnologia concentra 95% de sua produção. A rede de cafeterias Starbucks possui na China seu maior mercado fora dos EUA, onde chegou a inaugurar uma nova loja a cada 15 horas. A General Motors, junto com suas afiliadas locais, vende mais carros na China do que nos EUA.

Tal grau de interdependência econômica, apesar de aumentar muito o custo de uma guerra, o que diminui sua possibilidade, por si só, não impede a guerra, como comprovam vários casos do passado, em especial a Primeira Guerra Mundial. É oportuno lembrar que nas décadas que antecederam a grande guerra, as economias do Reino Unido e da Alemanha ficaram tão intimamente entrelaçadas que um lado não po-

dia infligir dificuldades econômicas ao outro sem sofrer prejuízos.

Outro aspecto fundamental a ser considerado é a possibilidade de destruição mútua assegurada. EUA e China possuem arsenais nucleares tão substanciais e sofisticados que uma guerra total entre os dois países não seria uma opção justificável. Esta afirmação, que serviu de base para a lógica da paz armada, que vigorou na Guerra Fria, está profundamente inserida na mentalidade de segurança dos países ocidentais. Mas será que também estaria entre os estrategistas chineses? Não custa lembrar a afirmação de Mao Zedong, da década de 1960, de que não temia uma guerra nuclear porque, ainda que perdesse 300 milhões de vidas, a China ainda sobreviveria.

Os aspectos acima mencionados são apenas alguns dos mais evidentes, dentre uma miríade de outros que poderiam ser levanta-

dos utilizando-se as lentes fornecidas por Tucídides.

Eles alertam que o risco de uma guerra entre EUA e China pode ser maior do que gostam de admitir a maior parte dos analistas.

Mas, apesar de tudo, Graham Allison não considera a guerra inevitável. Ele acredita que a paz pode ser mantida, mas isso exigirá esforço de ambas as partes. Acomodação, negociação, estratégia de longo prazo, definição correta dos interesses vitais de ambas as nações, priorização dos desafios internos, todas essas são estratégias que devem nortear o comportamento das lideranças de ambos os países na busca de se evitar a repetição do flagelo da guerra, que acometeu tantas nações que enfrentaram o Desafio de Tucídides ao longo da história.

Caso tenham sucesso, terão honrado o legado do autor de História da Guerra do Peloponeso:

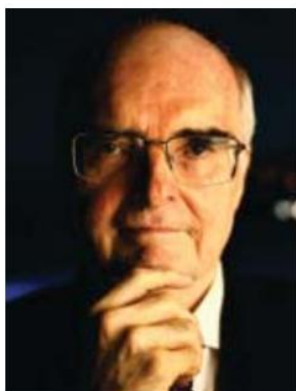
“Se minha história for considerada útil por aqueles que desejam um conhecimento exato do passado como ajuda para compreender o futuro – que no curso os acontecimentos humanos, deve se assemelhar a ele, quando não refleti-lo – dar-me-ei por satisfeito.”

Tucídides

Curriculum vitae

Paulo Roberto da Silva Gomes Filho

Coronel de Cavalaria do Exército Brasileiro. Foi declarado aspirante-a-oficial pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 1990. É especialista em Direito Internacional dos Conflitos Armados pela Escola Superior de Guerra (ESG) e em História Militar pela Universidade do Sul de Santa Catarina. É Mestre em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME) e em Defesa e Estratégia pela Universidade Nacional de Defesa, em Pequim, China. Foi instrutor da AMAN, da EsAO e da ECEME. Comandou o 11º RC Mec, sediado em Ponta Porã/MS. É autor de diversos artigos sobre defesa e geopolítica e atualmente exerce a função de assistente do Comandante de Operações Terrestres, além de ser o gerente do Projeto Combatente Brasileiro (COBRA).



A Guerra como fenômeno cultural.

O Caso Luso-Brasileiro

Arno Wehling

O conflito ou, mais especificamente, a guerra entre diferentes grupos (sejam eles comunidades, sociedades ou povos) é tema obrigatório na antropologia e na história. E é recorrente a indagação de especialistas de ambos os campos sobre se a guerra constitui uma característica universal das sociedades, encontrando-se em todas elas, ou se é um fenômeno que, embora frequente, não é absolutamente geral.

Não é preciso responder a esta pergunta, que entra pelo terreno escorregadio da ontologia, para admitir que a guerra seja um fenômeno cultural.

Universal ou não, uma guerra ocorre no âmbito de práticas sociais, hábitos, valores e estruturas cognitivas, (LEE, 2011 p. 3), dentre outras variáveis, de uma ou mais culturas. Estas por sua vez pressupõem um “repertório de escolhas” que condicionam as opções individuais ou coletivas e que se exteriorizam não apenas em palavras, mas em ações não discursivas.

A inserção da guerra num determinado contexto cultural implica pelo menos três aspectos:

a) Em relativizá-la, não naturalizá-la. Como outras variáveis da vida em sociedade, ela não é um fenômeno *natural* – já que afastamos a discussão da sua universalidade – mas relativa a cada uma das

culturas em que ocorre. Por via de consequência, sua ocorrência e suas características não podem ser absolutas. Supor um padrão ou protocolo invariável remete necessariamente para uma presumida realidade co-natural. Ou como diz Fuller, um clássico do tema:

“na guerra não vos deixeis aprisionar de forma alguma ao absoluto. Não vos ateis a acordos ou decisões irrevogáveis. A ação deve, em toda parte e sempre, ser adaptada às circunstâncias e estas são sempre variáveis.” (FULLER, 2002, p. 15)



b) Em compreender o caráter complexo e em consequência muito diferenciado dessa variação. Na conclusão de seu livro *Uma história da guerra*, John Keegan considera a cultura “fator determinante e fundamental da natureza da guerra”. (KEEGAN, 401). Isso, a partir da análise de diversificadas situações históricas, o que torna na frase a expressão “natureza” sinônima de “característica”, de acordo com a lógica do autor. Keegan chega a delinear um modelo oriental e um modelo ocidental de guerra na antiguidade. Quincy Wright, por sua vez, baseando-se na tipologia de Toynbee, considera o maior ou menor grau de belicosidade das diversas culturas, originado na evolução histórica peculiar a

cada sociedade. (WHRIGHT, 1988, p.37) Mas não precisamos comparar culturas tão diversas. Em seu estudo sobre o tema, Dawson procurou mostrar como na cultura ocidental existe uma diferença profunda entre a guerra grega e romana, com seus valores marciais associados à própria constituição institucional das sociedades e a atitude moderna ante a guerra derivada das concepções iluministas, imbuídas da filantropia secentista (DAWNSON, 1996, p.185).

c) Em admitir a existência de diferentes atribuições de significado à guerra. Eles derivam da percepção dos próprios adversários ou da percepção que os pósteros tiveram sobre a guerra por eles travada. Ademais, essa variação pode ser em menor grau, se os contendores têm referências (hábitos, valores, estruturas cognitivas), meios tecnológicos ou tamanhos de exércitos semelhantes, ou maior, se esses elementos diferirem de forma acentuada. Uma simplificação radical dessa perspectiva é a classificação positivista e evolucionista spenceriana de dois grandes tipos de sociedades, as militares da maior parte da história, intensamente belicosas e as industriais modernas, que seriam intrinsecamente pacíficas. Não deixa de ser irônico observar que neste mesmo contexto cientificista afirmou-se o darwinismo social, cuja tese de “luta pela vida” – struggle for life - e sobrevivência dos mais aptos deitaria por terra as idealizações iluministas e justificariam muito das conquistas coloniais do século XIX e das guerras do século XX.

Não se pode ignorar que as diferentes percepções incluem não apenas os contendores diretamente envolvidos – os guerreiros ou exércitos – mas a população civil em seus diversos segmentos. A atitude desta em relação à guerra e aos combatentes pode obviamente influenciar o desenrolar dos eventos militares. Lembremos o quase alheamento da população rural medieval a muitos conflitos travados entre senhores feudais ou, ao contrário, o grau de envolvi-

mento da população civil nos movimentos de resistência ou de colaboração durante a segunda guerra mundial.

Por isso uma obra coletiva recente, coordenada pelo historiador Wayne E. Lee, parte da premissa, talvez exagerada para efeito de argumentação, que até aqui os historiadores militares valorizaram o aspecto tecnológico da guerra, revelando-se menos interessados nas ideias e nas referências culturais que movem os homens. Em lugar dessa perspectiva propõem o que denominam *novo paradigma*, isto é, saber como as sociedades percebem a guerra, o armamento, a violência, o serviço militar e outras concepções com efeitos militares (LEE, 2011, p.1) e como tal compreensão influenciou as opções propriamente militares, como as estratégicas, táticas, operacionais e logísticas.



Wayne E. Lee

Quer se trate de um novo paradigma ou apenas o acréscimo de nova perspectiva ao campo teórico-metodológico da história militar, é relevante considerar o fenômeno *guerra* inserido nas relações culturais. Um caminho possível para compreender essas relações é identificar no conflito a *interação* entre duas ou mais forças oponentes, gerando interinfluências constantes, mesmo quando negadas pelos participantes, por exemplo, pela necessidade de autoafirmação. Em determinado grau tais interinfluências podem transformar-se em *assimilação*, quando elementos de uma cultura são incorporados à de sua rival.

Conflito, adaptação e assimilação de práticas sociais, conceitos corriqueiros na sociologia e demais ciências humanas, são também pela força de sua incidência social constantes na história da guerra, como ela se manifestou em diferentes culturas e momentos históricos.

Na guerra entre sociedades com aproximadamente as mesmas características culturais, o conflito pode assumir enormes proporções – até mesmo a destruição total

do adversário – mas a adaptação e eventual assimilação em geral se limitam a traços tópicos, uma vez que as práticas sociais, militares ou não, são assemelhadas. A afirmação pode não corresponder a uma realidade absoluta, mas reflete tendência estatisticamente relevante.

Ao contrário, no conflito entre sociedades diversas, de que há muitos exemplos nos processos de dominação colonial, a regra se inverte e a assimilação ocorre também tendencialmente, de modo muito mais intenso.

O caso luso-brasileiro pode servir de laboratório para testar a hipótese da qual partimos: a guerra se dá no âmbito de práticas sociais, hábitos, valores e estruturas cognitivas que são submetidas a um “repertório de escolhas” expressas tanto em palavras quanto em ações não discursivas.

A diversidade cultural entre muitos dos oponentes acentua as diferenças entre todas aquelas variáveis. Se considerarmos apenas os beligerantes europeus no Brasil – portugueses, franceses, espanhóis, holandeses e outros europeus engajados como mercenários (alemães, poloneses, italianos) – a diversidade é menor ou mesmo irrelevante. Mas se levarmos em conta os diferentes povos indígenas em conflito entre si e com os europeus, ou os ex-escravos aquilombados, acentua-se muito o grau de diversidade das práticas militares.

Diferenças na quantidade dos respectivos contendores, na destreza do uso de seus armamentos, na qualidade da liderança, na motivação dos envolvidos e na competência estratégica e tática decidiam as contendas como em qualquer guerra, mas no quadro geral de maior ou menor distância cultural. Esta se caracterizava pela interação constante de elementos culturais distintos, sem deixar de produzir marcas duradouras nas diferentes culturas militares, com a assimilação desses traços.

A hipótese aqui proposta é a de que a maior diferença cultural entre os

contendores aumenta a possibilidade de existirem casos de adaptação e assimilação de traços culturais. Nesse *encontro de culturas* ocorrido no solo americano, em escala até então inédita e que já foi denominado quase eufemisticamente “intercâmbio euro-indígena”, houve não apenas miscigenação e interinfluência social, psicológica e econômica, mas também nas concepções e práticas militares.

Ocorreram conflitos tipicamente europeus no mundo colonial, como os choques de fronteira a oeste e ao sul entre portugueses e espanhóis, a expulsão dos holandeses da Bahia, em 1625, pela esquadra luso-espanhola de D. Fradique de Toledo Osório, as invasões francesas do Rio de Janeiro em 1710 e 1711. Ou, no âmbito dos primeiros habitantes, conflitos tipicamente autóctones, como as guerras indígenas que precederam a colonização. Uma dessas batalhas entre indígenas nas proximidades do Rio de Janeiro, à época da invasão liderada por Villegaignon, foi descrita pelo pastor calvinista Jean de Léry com admiração pela beleza trágica do que viu, experiência tão diversa, mas não menos sanguinária do que a da França das chamadas guerras de religião:

“...embora tenha visto muitas vezes regimentos de infantaria e cavalaria nos países europeus, com seus elmos dourados e suas armas reluzentes, nunca espetáculo de combate me deu tanto prazer aos olhos. Mas além da diversão de vê-los saltar, assobiar e manobrar com destreza para todos os lados, causava encanto o espetáculo de tantas flechas emplumadas de vermelho, azul, verde e outras cores brilhando aos raios de sol.”
(Léry, 1961,172)



Jean de Léry

Os conflitos mais intensos, todavia, se deram com as várias guerras entre portu-

gueses e indígenas, primeiramente no litoral, ao longo do século XVI e posteriormente no interior à medida que adentrava a colonização. E o resultado não era necessariamente favorável ao colonizador, como pressupôs em raciocínio teleológico boa parte da historiografia colonial. O litoral da atual Bahia e do Espírito Santo nos dois primeiros séculos foi local de árdua disputa, com vasto controle territorial indígena entrecortado de enclaves portugueses. Os mapas dessa época em geral deixam à mostra a exagerada presunção de que os portugueses dominavam uma faixa contínua do território litorâneo entre a foz do Amazonas e o litoral de Santa Catarina, desconsiderando o tamanho dos hiatos intervalares (WEHLING & WEHLING, 2012, p. 11).

Também a prolongada existência do quilombo de Palmares no século XVII e a posterior recorrência do fenômeno demonstram a continuidade de outro modelo de conflito. Os exemplos se multiplicam, como a chamada “guerra guaranítica”, em que se uniram os exércitos português e espanhol contra os indígenas das missões jesuítas; as campanhas contra os anicuns, caiapós e tapirapés em Goiás; os paiaguás em Mato Grosso; os manaus e maiapenas, em São José do Rio Negro; e a denominada “guerra dos bárbaros” que opôs portugueses e luso-brasileiros aos janduí no Rio Grande do Norte. Ainda no início do século XIX o príncipe regente D. João, já com a Corte no Rio de Janeiro, decretou formalmente a guerra aos botocudos.

Em qualquer de suas formas, constatamos que nas ações militares coloniais há várias formas de adaptação e assimilação que mostram a riqueza das situações ensejadas pelos conflitos e a presença constante das variáveis culturais nesse processo.

Caso emblemático é o das entradas e bandeiras. Os sertanistas que durante dois séculos adentraram o país eram majoritariamente frutos de intensa miscigenação euro-indígena, com a interação constante

de práticas sociais, hábitos e costumes portugueses, espanhóis e indígenas. A assimilação pelos mamelucos paulistas de elementos culturais de origem europeia e indígena se estendia às práticas guerreiras. A bandeira era uma unidade militar em marcha, na qual as normas jurídicas se subordinavam à situação de potencial conflito. Charles Boxer chamou a atenção para sua adequação pelo menos em tese ao modelo institucional português, atribuindo à bandeira um caráter paramilitar (BOXER, 1963, p. 110).

Em 1574, essa estrutura foi confirmada no Regimento das Ordenanças, cujo artigo 11 definia que cada Companhia teria 250 homens divididos em 10 esquadras. Seria liderada por um capitão, responsável pela “bandeira da ordenança”, termo que no Brasil se estendeu à própria unidade militar. (MENDONÇA, 1972, vol. I, p. 161).

As circunstâncias coloniais ditaram organizações muito diversificadas, distintas do modelo oficial. A bandeira de Antonio Raposo Tavares que em 1636 atacou a missão jesuíta do Tape, no atual Rio Grande do Sul, tinha 150 brancos ou mamelucos e 1500 tupis (TAUNAY, 1975 vol. I, p. 59). Muitos outros exemplos dessa heterogeneidade étnica e cultural poderiam ser acrescentados.

A incorporação do padrão militar europeu por indígenas e ex-escravos negros ou, ao contrário, a incorporação por europeus ou luso-brasileiros das práticas ou mesmo padrões militares daqueles foi fato relativamente frequente. Na invasão holandesa, tal se deu com a organização das companhias de índios de Poti ou Antônio Felipe Camarão e de ex-escravos negros de Henrique Dias. O primeiro, aliás tornado comendador da Ordem de Cristo pelo rei de Portugal e o segundo dando nome posteriormente a um dos regimentos coloniais, o “regimento dos Henriques”, isto é, incorporando-se ambos aos padrões sociais e militares da sociedade estamental tropicalizada (MELLO, 1975, p. 165).

Também ocorreram situações mais singelas, mas não desprovidas de importância, como a incorporação da rede indígena aos alforjes dos soldados europeus. Jean de Léry, que depois de sua estada no Brasil participou da guerra civil entre católicos e huguenotes que se seguiu à noite de São Bartolomeu, descreveu a experiência da inovação:

“lembrei-me de fazer um leito à moda dos índios americanos, pendurando um lençol amarrado em ambas as extremidades. (...) E não foi sem razão que... eu os preconizei para os soldados de guarda, porque são muito melhores dos que os enxergões nos quais sujam a roupa, se enchem de piolhos e de onde se erguem com as costelas machucadas pelas armas que trazem sempre à cintura”.(LÉRY,1961, p. 209)

A adaptação mútua de práticas de guerra entre indígenas e europeus foi corriqueira, ditada pela experiência e funcionalidade. O mesmo Léry anotou que para disparar um arcabuz os indígenas rapidamente aprenderam a divisão de trabalho, pois “enquanto um segura a arma, outro aponta e um terceiro põe fogo”, (IDEM, p. 168).

Os reflexos da diferença cultural sobre os conflitos coloniais explicitaram-se de modo cabal na chamada *guerra brasílica*. Longe de se referir apenas a *conflitos ocorridos no Brasil* a expressão *guerra brasílica* foi utilizada em diferentes ocasiões no sentido de um *modo próprio de guerrear*, no qual estiveram presentes em grau diversos elementos culturais muito distintos.

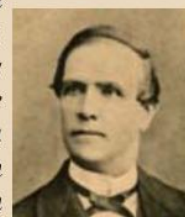
A insuficiência dos padrões militares europeus no Brasil colonial, gerou a necessidade de procedimentos diversos criativos e eficazes. (WEHLING, 1999). Dois deles, expressados na *guerra brasílica*, foram as *emboscadas*, isto é, as ações desenvolvidas por meio das “companhias de emboscadas” como se praticou na luta con-

tra os holandeses e o que se pode denominar *táticas heterodoxas de conflito direto*, ocorridas tanto na guerra luso-holandesa da Bahia e Pernambuco quanto na guerra luso-francesa pelo domínio do Maranhão, pouco antes.

Algumas das situações surgidas sublinham a importância dos fatores culturais na guerra. São eles:

d) A existência no Nordeste holandês de duplo conflito cultural, entre norte-europeus (holandeses, mercenários alemães) e americanos (luso-brasileiros, negros e indígenas) e entre norte-europeus e europeus meridionais (portugueses, espanhóis, italianos). A conclusão do relato do comissário Michael van Gol sobre a segunda batalha de Guararapes é auto-explicativa:

“A respeito do combate acima relatado, notei duas particularidades que em meu parecer merecem muita atenção: em primeiro lugar, as tropas do inimigo, saindo dos matos e detrás dos pântanos e outros lugares, têm a vantagem da posição, atacam sem ordem e em completa dispersão e se aplicam em romper diferentes quartéis. Em segundo lugar, as tropas inimigas são ligeiras e ágeis... elas se compõem de brasileiros, tapuias, negros, mulatos, mamelucos etc, todas as nações do país; aliás portugueses e italianos, têm muita analogia com os naturais da terra quanto à sua constituição, de maneira que atravessam e cruzam os matos e os pântanos, sobem aos montes... tudo isso com uma velocidade e agilidade, que são verdadeiramente notáveis; nós ao contrário combatemos formados e colocados da maneira que se usa na mãe-pátria ...”(VARNHAGEN,1975,vol. III, p. 111)



Francisco Adolfo de Varnhagen

Pouco mais de trinta anos antes o mesmo ocorrera nas praias do Maranhão, como narra Diogo de Campos Moreno, onde a tática e até a indumentária dos franceses contribuíram para a derrota destes na batalha de Guaxenduba (MORENO, 1907, p. 240).

e) A oposição entre uma guerra político-comercial e uma guerra de libertação onde elites locais em consonância com a metrópole, as demais camadas da população e populações a elas periféricas, como as comunidades indígenas, fizeram frente comum ante o invasor. Não obstante os holandeses terem tentado táticas de aproximação semelhantes, estas foram pouco duradouras, como a aliança com as elites locais, ou raras, como a

feita com os janduís do Rio Grande do Norte.

f) No conjunto, a oposição entre uma “guerra racionalista” à holandesa e uma “guerra sincrética” colonial. O cronista José de Mirales no século XVIII deu bem a medida do desprezo dos adeptos da primeira em relação à segunda, ao condenar as companhias de emboscadas e as demais táticas heterodoxas de combate como expedientes que negavam o caráter profissional da guerra. Mas esqueceu de que tais procedimentos decidiram o resultado do conflito e que quando não foram utilizados, como fez o veterano espanhol da guerra de Flandres, D. Luís de Rojas y Borja, em Mata Redonda, no ano de 1636, a batalha foi perdida.

Conclusão

O que se pode concluir das relações entre guerra e cultura?

Em primeiro lugar, sublinhe-se a necessidade de relativizar e não naturalizar os conflitos. De antemão deixemos em suspenso a questão da universalidade ou não do fenômeno “guerra”. Reiteremos que, para efeito de encaminhamento da questão, é indiferente o fato de admitirmos a sua existência em todas as culturas ou em algumas. Numa ou noutra hipótese o cerne da questão está no caráter “natural” ou “cultural” dos conflitos.

Na primeira acepção, as diferentes variáveis que caracterizam o fenômeno seriam limitadas e repetidas, de modo que se identificaria um conjunto de elementos a partir dos quais a guerra se desenvolveria. Esse padrão acompanharia a origem, o desdobramento e o fim dos conflitos.

Por tal abordagem, a guerra na antiguidade clássica, no século XX ou em qualquer outra época ou geografia teria a mesma “natureza”. Suas variáveis poderiam alterar-se somente em grau, frequentemente em função da tecnologia – por exemplo, a

letalidade de um combate corpo a corpo ou por armas de destruição em massa.

Já numa visão “cultural” da guerra – poderíamos denominá-la também “histórica” – os fatores propriamente culturais de cada sociedade seriam determinantes para seu desempenho militar e consequentemente para os resultados do conflito. Valores, práticas sociais, hábitos, relações entre o conjunto da sociedade e os seus guerreiros, ideologia, doutrina militar, recursos materiais, objetivos políticos e econômicos e obviamente tecnologia teriam de ser considerados, para encontrar não um “padrão natural”, mas justamente o inverso: as características peculiares dos conflitos e sua relatividade face ao local e à época.

Consequência dessa perspectiva relativista, entre outras, é o analista libertar-se do que pode ser chamado de “historicismo ingênuo”. Por ele muitas vezes se estabelece uma suposta linearidade histórica, “inevitável” (BERLIN, 1981: p. 45) filiando guerras a outras guerras no tempo, de modo que se trace uma “história da guerra” – como de outros tantos temas – partindo da mais remota antiguidade aos “dias atuais” do observador. Keegan lem-



Isaiah Berlin

brou uma lição metodológica básica ao dizer que o historiador é treinado para perceber a diferença, o que implica não poder aceitar que a batalha de Canas no terceiro século AC e as batalhas do século XX sejam expressões de um mesmo tipo (KEEGAN, 2000, p.24).

Por didática e mnemônica que seja – não neguemos sua validade pedagógica em determinadas situações, desde que devidamente controlada – a maneira linear de ver a guerra empobrece o objeto de estudo e impede uma análise mais aprofundada.



John Keegan

Isso nos conduz a duas outras conclusões, a da complexidade do fenômeno, que não pode ser dissociada

de seu corolário, a diferença de significado para contemporâneos e pósteros. É certamente um truísmo concluir que a guerra seja um fenômeno complexo, mas podemos mais uma vez lembrar Keegan: a guerra é complexa por ser uma atividade de Pro teu, com múltiplas formas e combinações, além de imprevisível (KEEGAN, 1998, p.72).

Pensemos na caracterização desse autor sobre os elementos da guerra no âmbito da cultura ocidental. Segundo ele existia um elemento *moral* originado dos gregos, com respeito ao ritual da guerra e da batalha face a face até a morte, que diferia da estratégia persa de evasão (KEEGAN, 1996, p. 403). Esse elemento *moral* teria passado aos romanos e destes para os germânicos, com uma variante tecnológica introduzida após a queda do Império, o uso sistemático da cavalaria. Fortemente diversa foi a ética da *guerra santa* desenvolvida na Idade Média, superando vários dos dilemas morais que encontramos nos guerreiros, filósofos e historiadores gregos e latinos – e, pode-se acrescentar, introduzindo outros como a *guerra justa* que vemos constantemente aplicada nas polêmicas produzidas pelos conflitos euros-indígenas das colônias espanholas e do Brasil.

No século XVIII encontramos nova transformação conceitual e cultural na atribuição

de significado à guerra: os iluministas passaram a criticar a belicosidade do ideal clássico de cidadania, substituindo-o por um ideal pacifista, humanista e comercial. O antagonismo mais claro entre guerra e comércio está no *Espírito das Leis*, quando Montesquieu opôs as duas atitudes, a do comerciante e a do guerreiro. Foi certamente imbuído nesta leitura e em outras semelhantes que no debate da constituição americana, em 1787, John Adams criticou Aristóteles e sua perspectiva negativa dos *metecos*, pronunciando-se a favor destes e contra os generais. A guerra, dizia ele, só seria admissível por segurança e defesa, não para ganhos ou glória. (DAWNSON, 1996, p.190).

Quando olhamos os conflitos do ponto de vista da assimilação de práticas culturais, por fim, constatamos que a introdução de traços ou elementos distintos – seja o cavalo, o arcabuz dos *tercios* espanhóis, os blindados de Guderian e De Gaulle ou mais prosaica e pacificamente a rede indígena adotada pelos exércitos europeus do século XVI, conforme a narrativa de Jean de Léry, corresponde a processos nos quais se evidencia uma tese de Kant. Não a da *paz perpétua*, mas a tese epistemológica segundo a qual existem fenômenos autônomos e heterônomos, ou seja, livres ou dependentes de uma rede de relações.

O grau de interseção entre guerra e cultura é de tal monta que só podemos concluir ser a guerra um fenômeno heterônimo e que para compreendê-la em sua diversidade “proteica”, o caminho mais seguro é o do estudo interdisciplinar. Além desse registro metodológico, é importante sublinhar que talvez o modo mais eficiente para compreender essa heteronomia da guerra seja o estudo dos conflitos que, como os vivenciados no Brasil colonial, envolvem elementos culturais tão distintos quanto os indígenas, europeus e africanos. É no *encontro de culturas* que surgem, em grau superlativo, as diferenças que particularizam ou mesmo singularizam a tipologia da guerra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BERLIN, Isaiah. Inevitabilidade histórica, in *Quatro ensaios sobre a liberdade*, Brasília, UNB, 1981.

DAWNSON, Doyne. *The origins of western warfare*, Boulder-Oxford, Westview Press, 1996.

FULLER, J. P. C. *A conduta da guerra*, Rio de Janeiro, Bibliex, 2002.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra*, São Paulo - Rio de Janeiro, Cia. das Letras-Bibliex, 1996.

War and our world, Nova Iorque, Vintage, 1998.

A face da batalha, Rio de Janeiro, Bibliex, 2000.

LEE, Wayne E. (ed). *Warfare and culture in world history*, Nova Iorque, New York University Press, 2011.

LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*, Rio de Janeiro, Bibliex, 1961.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada*, Rio de Janeiro-São Paulo, Forense-UDSP, 1975.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Regimento das Ordenanças (1574) in *Raízes da formação administrativa do Brasil*, Rio de Janeiro, IHGB-CFC, 1972.

MORENO, Diogo de Campos. Jornada do Maranhão, in *Revista do Instituto do Ceará*, vol. XXI, 1907, p. 209-330.

TAUNAY, Afonso d'Escagnolle. *História das Bandeiras paulistas*, São Paulo, Melhoramentos, 1975.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*, São Paulo, Melhoramentos, 1975.

WEHLING, Arno. Guerra e encontro de civilizações. A questão da guerra brasileira. Lisboa, *Actas do XXVI. Congresso Internacional de História Militar*, Associação Internacional de História Militar, 1999.

WEHLING, Arno & **WEHLING**, Maria José. *Formação do Brasil colonial*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2012.

WHRIGHT, Quentin, *A guerra*, Rio de Janeiro, Bibliex, 1988.

Curriculum Vitae

Arno Wehling

Graduado em História e em Direito, é Doutor em História e Livre Docente de História Ibérica (ambos pela USP), com Pós-Doutorado na Universidade Portucalense.

Professor Titular de Teoria e Metodologia da História (UFRJ), Professor Emérito de História do Direito e das Instituições (UNIRIO) e Professor Visitante nas Universidades de Lisboa e Portucalense.

Na gestão universitária foi Chefe de Departamento e Decano de Centro na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e na Universidade Gama Filho, onde também foi Reitor.

Ocupa a cadeira nº 37 da Academia Brasileira de Letras e foi Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sendo atualmente seu Presidente de Honra.



Condições
ainda melhores
para conquistar a
sua **casa própria.**
.....

Pexia,
atendente
virtual da
FHE POUPEX

Crédito Imobiliário Digital

POUPEX



Juros
a partir de

2,6%
a.a.
+IPCA

6,6%
a.a.
+TR

- ✓ Ampliação para 90% do percentual máximo de financiamento.
- ✓ Teto de 6,5% ao ano para a inflação na linha IPCA.
- ✓ Custos menores no seguro habitacional.
- ✓ Idade limite do mutuário ampliada para 85 anos (prazo do financiamento + idade do proponente = até 85 anos).

Consulte as normas e condições vigentes.
Sujeito a análise cadastral.

NOVIDADE

**Benefícios
exclusivos
para
militares**



Conheça os diferenciais do Crédito Imobiliário Digital POUPEX e faça uma simulação.

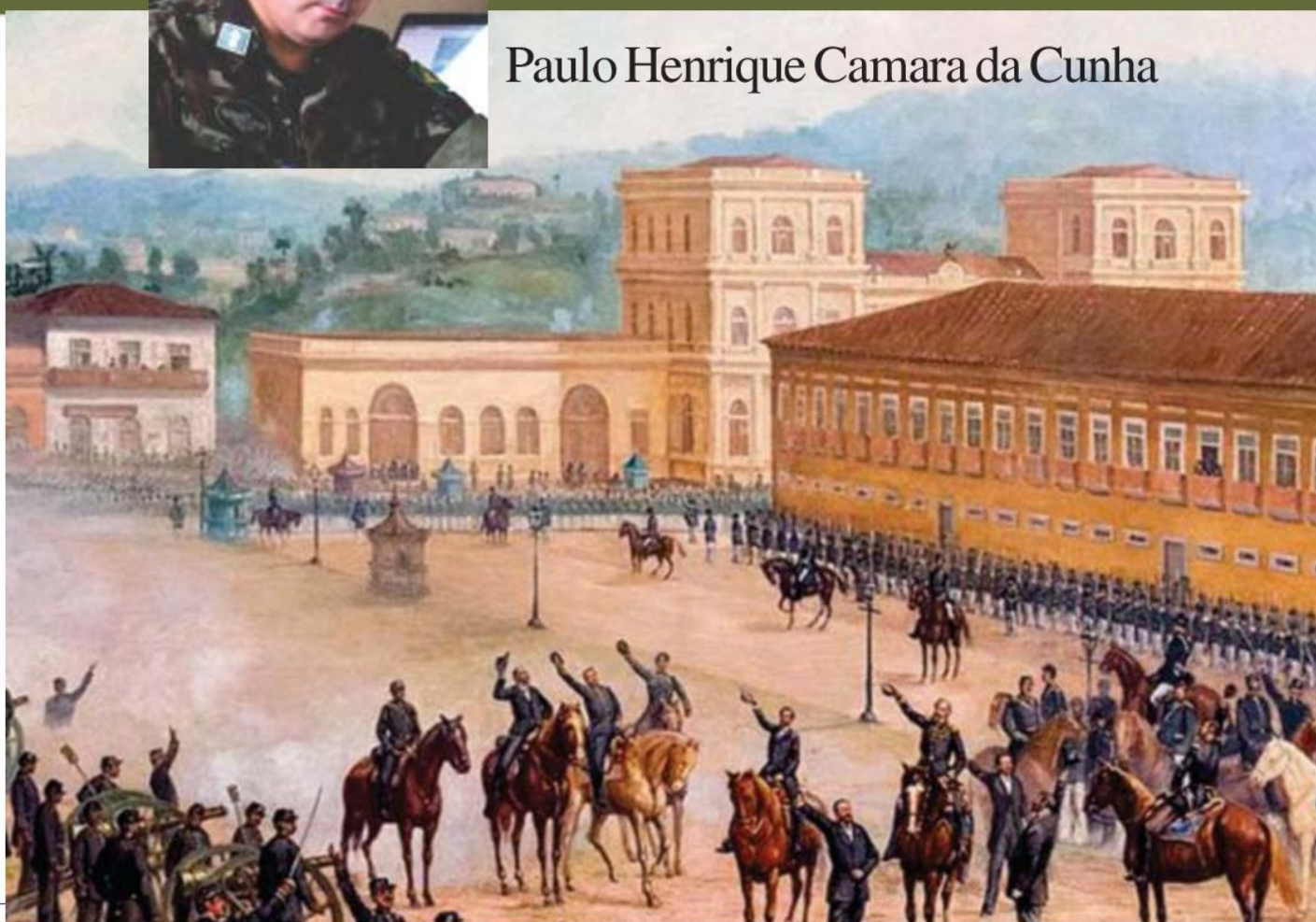
poupex.com.br

O Cerco da Lapa e o Legado de Seus Heróis



Proclamação da República
1893, óleo sobre tela de Benedito Calixto (1853-1927).

Paulo Henrique Camara da Cunha



Antecedentes

Após o Regime Monárquico perder prestígio e perante o conturbado cenário político que o Brasil se encontrava, na data de 15 de novembro de 1889, o Marechal Manuel Deodoro da Fonseca liderou o movimento de Proclamação da República, deixando a Monarquia e iniciando uma nova fase para o Brasil.

A República deu seus primeiros passos em um momento em que o Brasil vivia um ambiente político dividido. Por um lado, os positivistas preferiam um poder executivo mais forte, por outro, os liberais lutavam para garantir a convocação de uma Assembleia Constituinte.

Nesse contexto, em 3 de novembro de 1891, diante das dificuldades políticas que enfrentava, o Marechal Deodoro da Fonseca decidiu fechar o Congresso Nacional, gesto que provocou protestos em vários pontos do país. Posteriormente, em 23 de novembro, diante da ameaça de militares da Marinha de bombardear o Rio de Janeiro, o próprio Presidente da República renunciou, sendo substituído pelo vice-presidente, o Marechal Floriano Peixoto.

Com a transição de regime, alguns grupos políticos não estavam contentes com a República, pois defendiam a Monarquia.

Particularmente no estado do Rio Grande do Sul (berço do movimento que deu origem à Revolução Federalista), voltou a atuar no instável cenário político: Gaspar Silveira Martins, antigo líder do Partido Liberal no Império e que, em 1892, fundou o Partido Federalista. Seus membros ficaram conhecidos como “Gasparistas” ou “Maragatos”, esta última expressão adviu do termo usado no Uruguai para chamar os espanhóis oriundos da região da Maragatária, na província de Léon, Espanha.

A instabilidade no Rio Grande do Sul prosseguiu durante todo o ano de 1892 e início de 1893, com trocas sucessivas no governo do



Gumerindo Saraiva ao lado de alguns dos seus aliados na Revolução Federalista (1893)

Estado, até que, em 25 de janeiro de 1893, Castilhos assume o governo. Por sua vez, Floriano Peixoto apoiou Castilhos.

O Partido Federalista estava descontente com o governo de Floriano Peixoto pois queria a deposição do Republicano Júlio de Castilhos e sonhava com um governo Federalista.

Em contrapartida estava o Partido Republicano Rio-Grandense, de apoio ao governador Júlio de Castilhos. Este era a favor da República e do positivismo, os seus adeptos ficaram conhecidos como “castilhistas” ou “pica-paus”, apelidados desse modo como consequência do uniforme que usavam, composto por vestimenta azul e quepe vermelho, que lembrava as cores do pássaro de mesmo nome.

Uma semana depois da posse, em 2 de fevereiro, Gumerindo Saraiva entrou no Rio Grande do Sul vindo do Uruguai à frente de um grupo de cavaleiros e juntou-se aos homens do General João Nunes da Silva Tavares, conhecido como Joca Tavares, Barão de Itaquí. Era o início da Revolução Federalista.

Sabendo das proporções que o movimento estava tomando, o presidente designou o Coronel Gomes Carneiro, militar de ilibado respeito e confiança, para liderar as tropas republicanas em uma forte resistência na Lapa/PR.

Por causa de seu relevo, a cidade se tornou um ponto estratégico de bloqueio.

As tropas federalistas partiram do Rio Grande do Sul e, em 23 de fevereiro de 1893,



Tropa de "pica-paus" na Revolução Federalista (1893)

ocuparam Dom Pedrito e em seguida Alegrete e rumaram para o norte quando, em novembro, atingiram Santa Catarina. Os revoltosos ocuparam Desterro, atual Florianópolis, e avançaram em direção ao Paraná.

O objetivo era chegar à cidade do Rio de Janeiro para então depor o Presidente Floriano Peixoto.

Em janeiro de 1894 foram detidos diante da cidade da Lapa, a 60 quilômetros a sudoeste de Curitiba, dando início ao episódio que ficou conhecido como Cerco da Lapa.

O Cerco da Lapa

O Cerco da Lapa teve início na noite de 14 de janeiro de 1894. Neste dia deu-se início o cerco da cidade e no dia 17 de janeiro, os sitiados foram atacados por diversos pontos. A cidade da Lapa estava literalmente cercada.

Os tiros da artilharia vinham de todos os lados e os lugares mais visados eram a praça, o

cemitério e a casa que servia como hospital (atual Teatro São João). Barricadas e trincheiras eram construídas para fazer defesa às ações do inimigo. A cada dia de batalha, a pequena cidade da Lapa se reduzia a um amontoado de cadáveres e muitos feridos agonizavam a sua própria sorte.

Os combates continuavam, no dia 7 de fevereiro, o Coronel Gomes Carneiro é atingido por um projétil que lhe atravessou o estômago e o fígado, enquanto tentava salvar o Tenente Henrique dos Santos, este último atingido no peito.

Mesmo gravemente ferido e praticamente sem chance de recuperação, o Coronel Gomes Carneiro ainda proclamou: "*Há uma só ordem, resistência, resistência a todo transe!*".

Às 18h30min do dia 9 de fevereiro de 1894, a Lapa caiu, morre o General Gomes Carneiro, herói da resistência lapeana.

Ao saber da queda da Lapa o Marechal Floriano Peixoto exclamou: "*Se a Lapa caiu, Gomes Carneiro morreu!*"

No dia 11 de fevereiro, sem o seu líder, os oficiais legalistas formalizaram a capitulação da cidade da Lapa.

O período de 26 dias de resistência possibilitou ao presidente Floriano Peixoto reunir tropas que reforçaram a segurança da Capital (Rio de Janeiro).

Como forma de homenagear os heróis que lutaram no Cerco foi erguido na cidade da Lapa-PR, o monumento chamado “Panteon dos Heróis”, nele estão sepultados os restos mortais do General Gomes Carneiro e de outros guerreiros que tombaram em combate.

Também como justa homenagem aos Heróis deste feito histórico, a 5ª Região Militar possui a denominação histórica de “Região Heróis da Lapa”

Criada em 2 de julho de 189, inicialmente foi chamada de 5º Distrito Militar e abrangia as tropas sediadas no Paraná e em Santa Catarina. Seu batismo de fogo foi na Revolução Federalista de 1893.

A 5ª Região Militar recebeu a denominação histórica em 21 de julho de 1989, fato que enaltece seus feitos em defesa da Pátria.

A Artilharia de Gomes Carneiro

A artilharia teve papel fundamental no combate contra as tropas de Gumerindo Saraiva.

Sob o comando do Coronel Gomes Carneiro, o então Capitão Sisson assumiu o comando das forças de Artilharia na Revolução Federalista em 1894, na cidade da Lapa.

Sisson, comandante da Bateria composta por quatro canhões Krupp e um La Hitte, teve papel fundamental no confronto, pois lutou bravamente com seus artilheiros até cessarem os recursos das tropas de resistência, tendo se destacado como um dos heróis daquele confronto.

O então Capitão Augusto Maria Sisson (1863- 1918) galgou todos os postos até General de Brigada e como forma de homena-

geá-lo, o Comandante do Exército concedeu, em 2002, ao 15º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado (15º GAC AP) a Denominação Histórica de “Grupo General Sisson”.



Antônio Ernesto Gomes Carneiro

O Legado

Instalado na cidade da Lapa-PR, o 15º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado, Grupo General Sisson, é herdeiro do legado dos heróis do Cerco da Lapa.

Criado em 29 de janeiro de 1949, foi inicialmente denominado I/5º Regimento de Obuses 105mm e instalado em Curitiba-PR. Em março de 1950 foi transferido para a cidade da Lapa.

Em maio de 1951, recebeu os Obuseiros M 101, de 105 mm, auto-rebocado, de origem Norte-Americana. A partir de 1973, o 1º/5º Regimento de Obuses 105mm passou a denominar-se 15º GAC 105mm AR. Em 1981, os obuseiros 105mm AR foram substituídos pelos Obuses autorrebocado M 114, de 155mm AR.

Com a chegada do obus VBCOAP M109 A3 no ano 2000, passou a ser chamado de 15º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado.

O 15º GAC AP é o Grupo orgânico da Artilharia Divisionária da 5ª Divisão de Exército e, sob o comando desta, tem por missão apoiar pelo fogo a manobra da 5ª Divisão de Exército.

Também tem como missão participar de Operações de Garantia da Lei e da Ordem e realizar ações subsidiárias.



Capitão Augusto Maria Sisson



Tela de Pedro Paulo Cantalice Estigarribia retratando o combate durante o Cerco da Lapa

O 15º GAC AP no contexto da modernização da Artilharia

O 15º GAC AP está incluído no Subprograma Estratégico – Sistema de Artilharia de Campanha (SAC) que visa à transformação e modernização da Artilharia de Campanha, elevando assim o poder de fogo da Força Terrestre do Exército Brasileiro.

Um dos objetivos do SAC é a modernização dos Obuseiros Autopropulsados e a consequente adequação das Organizações Militares possuidoras desse material.

Por intermédio do Foreign Military Sales (FMS), o Exército Brasileiro e o Governo dos Estados Unidos da América (EUA) firmaram uma Carta de Oferta para o fornecimento das VBCOAP M109 A5 no estado, sendo que parte destas viaturas foram modernizadas para a versão VBCOAP M109 A5 + BR (Nomeado para a versão revitalizada de acordo com os interesses brasileiros).

Em Curitiba/PR, o Parque Regional de Manutenção/5 é o responsável pela manuten-

ção e preparação das VBCOAP M 109 A5 recebidas via FMS sendo que quatro já foram distribuídas para a Academia Militar das Agulhas Negras e das demais que serão destinadas para as Organizações Militares de Artilharia, conforme planejamento de distribuição.

Visando a atualizar seus materiais com tecnologia de ponta, o 15º GAC AP já recebeu uma unidade da viatura blindada de combate VBCOAP M 109 A5, destinada ao adestramento e treinamento da Guarnição da Peça e, também, visando à futura troca de todos os seus obuseiros M 109 A3 pela versão A5.

A versão A5 possui um maior alcance, maior cadência de tiro e possibilidade de utilização de munições especiais, isso devido ao fato de que o sistema tubo-reparo desta versão foi projetado para suportar a maior pressão gerada pela carga de projeção destas munições.

A tabela abaixo apresenta um comparativo entre as versões M 109 A3 e A5, respectivamente o obuseiro atual e o que o 15º GAC AP receberá.

Como um exemplo de Munição Especial pode-se mencionar a “Excalibur”. Essa granada de 155 mm possui, acoplado o Global Positioning System (GPS), que associado ao sistema de aletas existente na granada, permite que ela realize uma trajetória guiada e atinja o alvo com maior precisão, sendo assim capaz de ser usada em situações em que a precisão prevalece sobre o conceito de se “bater uma área”, ou seja, no apoio próximo às tropas amigas ou em situações em que os alvos estão localizados próximos a civis ou a instalações que não podem ser atingidas por fogos.



Tela de Theodoro de Bona retratando o General Gomes Carneiro em seu leito de morte

Características		M 109 A3	M 109 A5
Tubo		39 cal	39 cal
Alcance Máximo	Normal	18 Km	22 Km
	Estendido	23,5 Km	30 Km
	Excalibur	—	40 km
Cadência de Tiro	Máxima	4 TPM	6 TPM
	Mínima	1 TPM	3 TPM
Munição		155 mm	155 mm

O 15º GAC AP como Grupo Orgânico da Artilharia Divisionária/5

A necessidade de modernização e de aumento do poder de fogo advém da missão precípua de um Grupo Orgânico de Artilharia Divisionária.

O 15º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado é diretamente subordinado à Artilharia Divisionária da 5ª Divisão de Exército (AD/5), que, por sua vez, é o Grande Comando de Artilharia que tem por missão:

a – Aprofundar o combate e aumentar o apoio de fogo proporcionado pelos grupos orgânicos das brigadas;

b – Realizar a contrabateria, dentro do alcance de seu material, visando a obter a superioridade sobre a artilharia de tubo, mísseis, foguetes e morteiros inimigos;

c – Realizar a defesa antiaérea à baixa altura da divisão, atuando contra alvos aéreos que ameacem a integridade das unidades, instalações e pontos sensíveis que interessam diretamente à divisão;

d – Coordenar os meios antiaéreos da Divisão com as ações de defesa aérea estabelecidas pelos escalões superiores e defesa antiaérea dos elementos subordinados;

e – Realizar a busca de alvos, empregando os meios disponíveis no âmbito da Artilharia Divisionária.

Para cumprir sua missão, a AD/5 coordena a Gestão do Preparo da função de combate e dos fogos de suas Organizações Militares Diretamente Subordinadas, bem como dos Grupos de Artilharia de Campanha (GAC) da 2ª e da 5ª Divisões de Exército e dos GAC do Comando Militar do Oeste, além de ser a responsável por certificar o apoio de fogo da Força de Prontidão da 5ª Divisão de Exército (FORPRON).

A gestão é realizada por meio de visitas de acompanhamento e verificação nas Organizações Militares, bem como pelo planejamento e execução de Operações que desenvolvem a técnica de emprego do material e as manobras táticas.



Tiro Técnico realizado por militares do 15º GAC AP nas VBCOAP M 109 A5 mantenedas e preparadas pelo Pq R Mnt/5



VBCOAP M109 A3 do 15º GAC Ap executando tiro real

A 5ª Divisão de Exército é o Grande Comando Operacional e que, a fim de cooperar com o Comando Militar do Sul, deve ficar em condições de planejar, coordenar, controlar e supervisionar o preparo das Grandes Unidades subordinadas: 5ª Brigada de Cavalaria Blindada (5ª Bda C Bld), 14ª Brigada de Infantaria Motorizada (14ª Bda Inf Mtz), 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada (15ª Bda Inf Mec) e Artilharia Divisionária da 5ª Divisão de Exército (AD/5), e OMDS da 5ª DE nas seguintes missões:

a – Participar de operações de defesa da pátria;

b – Atuar nos Estados do Paraná e de Santa Catarina:

1 – Na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem;

2 – Nas ações subsidiárias gerais; e

3 – Nas ações na faixa de fronteira terrestre contra delitos transfronteiriços e ambientais.

Conclusão

Dentro dos Programas Estratégicos do Exército, a Artilharia Brasileira tem conduzido o SAC, que por sua vez busca a modernização do apoio de fogo observando as ca-



Panteon dos Heróis

racterísticas de Flexibilidade, Adaptabilidade, Modularidade, Elasticidade e Sustentabilidade (reunidas sobre o acrônimo conhecido por FAMES).

O 15º GAC AP está participando diretamente desse processo, com o recebimento de material mais moderno e adequação das instalações, mas sempre considerando os valores defendidos pelos nossos antepassados e que nortearam os Heróis do Cerco da Lapa na busca pelo cumprimento da missão.

E é nessa mescla, de culto às tradições e de busca da prontidão operacional que o Grupo General Sisson tem pautado a sua trajetória e cumprido as missões estabelecidas.

Referências

Revolução Federalista. Polícia Militar do Paraná. 2021. Disponível em: ">http://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/Revolucao-Federalista#> Acesso em: 09 de fev. de 2021.

DÜRING, Nelson. M109 A5+BR: Uma nova Forma de Atuar da Artilharia do Exército Brasileiro. Defesa Net, Brasília, 03 de dez. de 2019. Disponível em: ">https://www.defesanet.com.br/doutrina/noticia/35079/M109-A5%2BBR--Uma-nova-Forma-de-Atuar-da-Artilharia-do-Exercito-Brasileiro/> Acesso em: 09 de fev. de 2021.

CAIAFA, Roberto. Chegam finalmente ao Brasil os M109A5+BR modernizados pela BAE Systems (AÇO!). Tecnologia & Defesa. Disponível em: ">https://tecnodefesa.com.br/chegam-finalmente-ao-brasil-os-m-109a5-br-plus-modernizados-pela-bae-systems-aco/> Acesso em: 09 de fev. de 2021.

MOREIRA, João Carlos. Revolução Federalista – Recrutamento e Disciplina Militar na Formação do Imaginário da República (1889 – 2012). 2012. Trabalho de conclusão de curso - Universidade Federal do Paraná. Disponível em: ">https://acervodigital.ufrpr.br/bitstream/handle/1884/60107/joao_carlos_moreira.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 09 de fev. de 2021.

JOÃO CARLOS MOREIRA. Revolução federalista - Causas e outras informações. Estudo Prático, 19 de fev. de 2013. Disponível em: ">https://www.todamateria.com.br/revolucao-federalista/> Acesso em: 09 de fev. de 2021.

BEZERRA, Juliana. Revolução federalista. Toda Matéria. Disponível em: ">https://www.todamateria.com.br/revolucao-federalista/> Acesso em: 09 de fev. de 2021.

MACHADO, Tiago. Revolução Federalista: implicações internacionais. Revista Semina, v.7, n.1, 2009. Disponível em: ">https://web.archive.org/web/20110706162348/http://www.upf.br/ppgh/images/stories/downloads/semina_tiago_2009.pdf> Acesso em: 09 de fev. de 2021.

ALVES, Ângelo de Oliveira. A reestruturação do Sistema de Artilharia de Campanha (SAC). Revista do Exército Brasileiro, v. 154, n. 3, 2018. Disponível em: ">http://ebrevistas.eb.mil.br/REB/article/view/2471/1993> Acesso em: 09 de fev. de 2021.

HÁ UMA SÓ ORDEM: RESISTÊNCIA A TODO TRANSE!



Curriculun Vitae

O Tenente-Coronel de Artilharia Paulo Henrique Camara da Cunha é natural da Cidade do Rio de Janeiro, onde nasceu no dia 26 de agosto de 1975, tendo sido declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Artilharia em 28 de novembro de 1998 e promovido ao posto atual em 30 de abril de 2018.

Como Oficial Subalterno e Capitão realizou os seguintes cursos e estágios: Curso Básico de Paraquedista; Estágio de Tiro Sniper Militar; Estágio de Operações Aeromóveis; Estágio de Artilharia e Defesa Antiaérea, Estágio de Comunicação Social e o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

Como Oficial Superior, realizou o Curso de Comando e Estado-Maior (ECEME), o Curso Avançado de Inteligência para Oficiais e o Curso de Estado-Maior Conjunto na Índia.

Foi instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) de 2002 a 2005 e de 2010 a 2012.

Atualmente está Comandando o 15º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado – Grupo General Sisson (Lapa/PR).

Possui as seguintes condecorações nacionais:

Medalha Militar de Prata, a Medalha do Pacificador e a Medalha Marechal Trompowski

40
ANOS

Consórcio

Planejou, comprou



- ✓ Imóveis
- ✓ Automóveis
- ✓ Motocicletas

- ✓ Bicicletas
- ✓ Serviços de qualquer natureza

poupex.com.br

FHE

POUPEX

Consulte as normas e condições vigentes.

UMA REALIDADE BRASILEIRA

Artilharia Antiaérea Sobre Lagartas no Exército Brasileiro – Um breve histórico

Metralhadora antiaérea Madsen M932 calibre 20 mm, auto rebocada, preservada na Escola de Sargentos de Logística, ex-Escola de Material Bélico, no Rio de Janeiro. (Foto: Autor)

Expedito Carlos Stephani Bastos

Introdução

A origem da artilharia antiaérea brasileira remonta aos anos de 1930, onde foi empregada com algum sucesso nas revoluções de 1930 e 1932, empregando metralhadoras de diversos tipos, como Hotchkiss e Schwarzlose, adaptadas para serem usadas na proteção de cidades, portos, campos de aviação e unidades em deslocamentos, com relativo êxito; tudo fruto dos ensinamentos colhidos da Primeira Guerra Mundial (1914/1918) onde sua estreia havia ocorrido, com enorme sucesso, mostrando que teria um grande futuro.

Em 1938, foi criada a primeira Unidade de Artilharia Antiaérea do Exército, no Rio de Janeiro, então capital federal, equi-

pada com canhões Oerlikon 20mm, autorrebocados. Posteriormente, houve outras aquisições e novas unidades foram sendo criadas e equipadas com equipamentos antiaéreos, onde se destacam os de origem alemã (Canhões Krupp 88mm C56), americana (Canhão AAe 90mm e reparos quádruplos M-55 com metralhadoras calibre .50), sueca (Canhão Bofors 60 de 40mm) e dinamarquesa (metralhadora Madsen M932, 20mm), a maioria autorrebocada, muito embora no caso das metralhadoras muitas foram acopladas sobre caminhões.

Isto ocorreu no momento em que o mundo caminhava para o maior conflito já

ocorrido, a Segunda Guerra Mundial, onde sua evolução foi enorme, culminando com o aparecimento de foguetes e mísseis que não param de se desenvolver até nossos dias.

Entretanto, seu desenvolvimento, no país, não acompanhou as inovações surgidas ao longo dos conflitos pós-segunda guerra e de forma lenta foi sendo absorvida, sempre se mantendo como autorrebocada ou montada sobre caminhões.

No final dos anos de 1970, foi elaborada uma política para produção de equipamento militar, visando nos dar uma grande independência, principalmente no que se referia a veículos sobre lagartas, surgindo pela primeira vez o conceito de família de carros de combate, neste caso o projeto X-1, culminou no X-1A2, onde estavam previstos desde um carro de combate leve, passando por veículos porta-morteiro, ambulância, comando, artilharia autopropulsada, socorro e anti-aéreo, surgindo desta forma o primeiro projeto brasileiro, o qual nos anos seguintes veio acompanhado de outros, alguns ambiciosos, mas que na maioria das vezes não saiu do papel e novas compras de ocasião no exterior ocorreram, culminado em pleno século XXI na compra, em março de 2013, de 37 unidades da Viatura Blindada de Combate Antiaéreo Gepard 1A2 equipada com canhões Oerlikon de 35mm, comprados como solução para os grandes eventos que ocorreram no país a partir daquele ano, como a Jornada Mundial da Juventude e a Copa das Confederações FIFA de 2013, Copa do Mundo FIFA de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, muito embora houvesse diversas tentativas que infelizmente não foram adiante, mas fica aqui o seu registro.

Veículo antiaéreo Bernardini

Trata-se do primeiro projeto de um blindado sobre lagartas, equipado com uma torreta quádrupla M-55, com quatro metralhadoras .50 de procedência americana, das quais existiam em grande quantidade, tendo sido as mesmas modernizadas pela firma Lysan Indústria e Comércio de Máquinas e



Equipamentos Ltda, do Rio de Janeiro, para serem empregadas na configuração autorrebocada, mantendo esta configuração de armamento e algumas transformadas em canhões duplos, onde foram usados os modelos aqui existentes do Oerlikon 20mm.

Um destes conjuntos, no caso equipado com quatro metralhadoras .50, acabou sendo instalado sobre um chassi do carro de combate leve M-3 Stuart, os quais estavam sendo reaproveitados, criando a família X-1, sob a responsabilidade da empresa privada Bernardini S/A Indústria e Comércio, de São Paulo, surgindo assim um veículo com capacidade antiaérea, capaz de defender uma coluna blindada em movimento, bem como outros alvos fixos ou não, dependendo das necessidades daquele momento.

Pesava 12 toneladas e era impulsionado por um motor diesel Mercedes-Benz OM-352-A, de 172HP, com velocidade de 60 km/h e autonomia de 500km, medindo 4,60m de comprimento, 2,24 de altura, com tripulação de três homens. Suas armas eram apontadas por um visor ótico e a torre girava 90 graus por segundo, podendo disparar até 600 tiros por minuto.

A ideia desse veículo não era inovadora, pois em 1942 o Exército Americano desenvolveu uma versão similar, o M3-Maxson Turret, equipado com quatro metralhadoras

Soldados paulistas com uma adaptação da metralhadora Schwarzlose M07 para ser usada como antiaérea durante a Revolução Constitucionalista de 1932
(Foto: Seção de Periódicos do ECSB/Defesa)



Canhões Krupp
antiaéreos de 88 mm
C-56 modelo 18, em
manobras nos anos
de 1940, no Rio de
Janeiro
(Foto: AHEX)

calibre .50, que não passou da fase de protótipo, em razão do seu fraco desempenho, mas ele foi importante para disseminar a necessidade do Exército em possuir um sistema sobre lagartas, comum nos principais exércitos do mundo.

Marder Roland II

O ano de 1977 foi um marco importante na busca de novas tecnologias, principalmente, para defesa antiaérea no Exército Brasileiro. Neste ano, após o rompimento do acordo Militar Brasil-Estados Unidos, assinado em 1952, o governo Geisel adquiriu na República Federal da Alemanha quatro baterias do sistema ROLAND II montado sobre blindados com lagartas MARDER, inicialmente para a defesa da Capital Federal, Brasília, participando como novidade na parada de 7 de setembro daquele ano. Os outros três vieram alguns meses depois e, junto a eles, foram adquiridos 50 mísseis Roland II.

Vale salientar que, quando da aquisição pelo Brasil, a República Federal da Alemanha havia encomendado 43 veículos e 825 mísseis, enquanto a França encomendava 39 veículos e 1.315 mísseis e o governo americano ainda estudava a sua adoção, o que não ocorreu. Eles foram os primeiros blindados adquiridos na Europa no pós-Segunda Guerra Mundial, pois, até en-

tão, todos eram oriundos dos Estados Unidos.

Esse sistema foi concebido pela Euromissile (formada pela Aérospatiale, da França, e a Messerschmitt-Bölkow-Blohm, da Alemanha Ocidental), no início da década de 1960, para os exércitos da França e Alemanha, sendo, inicialmente, concebido para ser acoplado ao chassi dos blindados sobre lagartas AMX-30 e MARDER VCI e, posteriormente, em *shelters* sobre veículos com rodas.

O Brasil foi o terceiro país a adquirir esse moderno sistema de míssil superfície-ar, que acabou indo equipar a EsA-CosAAe (Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea), no Rio de Janeiro, onde ocupava uma grande área com seus equipamentos eletrônicos, visto que ainda não existiam os compactos computadores. Toda a instrução acerca do uso desse sofisticado equipamento era ali ministrada, até treinando o pessoal no emprego dos veículos e, principalmente, no sistema de radar e mísseis.

A versão usada no Brasil foi a construída sobre o chassi do blindado alemão de lagartas MARDER, o qual transportava dois mísseis na parte externa da torre, prontos para entrar em operação, e no interior do veículo levava mais oito, sendo quatro em cada um dos dois carregadores rotativos, com carregamento automático. Esse chassi é o mesmo que originou a família TAM (Tanque Argentino Mediano), produzido no país vizinho.

No Brasil, diversas tentativas foram feitas para adaptar esse sistema em outros veículos de concepção nacional. Chegou-se a desenvolver um Shelter para lançamento desse sistema autorrebotado por um caminhão de fabricação nacional, mas que não passou da fase de protótipo, nos anos de 1980, no CTEx (Centro Tecnológico do Exército), no Rio de Janeiro.

Após esta tentativa, a Euromissile, responsável pelo desenvolvimento e fabri-

cação do míssil, de origem francesa, colocou diversos empecilhos no que diz respeito à transferência de tecnologia, como a elevação de custos o que acabou por desestimular qualquer projeto futuro no Exército que dependesse deste sistema antiaéreo, levando ao seu total abandono.

Somado a isto e com o declínio da indústria de material de defesa, no país, nos anos de 1990, esses veículos foram sendo abandonados; dos quatro existentes, apenas três estavam em condições operacionais, visto que um sofreu um acidente no campo de provas da Marambaia, RJ, com perda total. O destino dos blindados foi o seguinte: o único que se encontrava em funcionamento foi enviado ao IPD (Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento) e posteriormente foi incorporado ao CTEx (Centro Tecnológico do Exército), após a extinção do IPD, estando hoje como monumento na EsACo-*AAe*. O outro foi transformado em alvo no então campo de provas da Marambaia, onde foi destruído por tiros dos Leopard 1 A1 e Centauro 8x8 (este em testes no país). O que estava em situação melhor foi enviado para o Museu Militar Conde Linhares, no Rio de Janeiro, onde chegou em 20 de novembro de 2001, repousando ao lado de outros blindados importantes na história brasileira, preservado dessa forma, para as gerações futuras, muito embora eles ainda se encontrem operando em diversos países do mundo, seja em veículos sobre lagartas ou rodas.

Charrua II antiaéreo – Sistema Trinity 40mm Bofors L70

Em meados dos anos de 1980, a empresa Moto Peças S/A, de Sorocaba, SP, em parceria com o Exército Brasileiro, iniciou um programa de estudos para a modernização dos veículos transporte de tropas M-59 de origem americana, oriundos da guerra da Coreia (1950/1953).

Desta forma surgiu o Charrua; este concebido a dar uma maior flexibilidade e grande agilidade às unidades de Fuzileiros Blindados do Exército, pois possuía capaci-



dade anfíbia, podendo transpor, com grande facilidade, rios e lagos, coisa comum no extenso território brasileiro.

Este projeto previa uma família básica que comportava três versões, uma leve na ordem de 18 toneladas, anfíbia, destinada a transporte de pessoal, comunicações, ambulância, combate de fuzileiro, porta morteiro, comando e antitanque.

A versão média, na ordem de 21 toneladas, também anfíbia, destinada a combate de fuzileiros, previa armamentos como canhões de 20mm a 40mm para defesa antiaérea, além de outra com torre para canhão de 60mm a 90mm, e ainda uma versão radar.

Já a versão pesada, não anfíbia, na ordem de 24 toneladas, possuiria torre com canhão de 105mm, outra como obuseiro autopropulsado de 155mm, outra com sistema de lançamento de foguetes, carro socorro com torre giratória e uma para transporte de cargas.

Destas três versões apenas a primeira chegou à fase de protótipos e sobre um deles foi instalado pela empresa CBV – Indústria Mecânica S/A, do Rio de Janeiro, o *mock-up* de uma torre com sistema antiaéreo Trinity baseado no canhão Bofors 40 mm L70, o qual chegou a ser exibido em uma feira de armamento em São José dos Campos.

Este sistema seria fabricado em conjunto por aquela empresa e a Bofors Sueca e

Blindado Bernardini antiaéreo para a família X-1 armado com reparo americano M55 com quatro metralhadoras calibre .50
(Foto: Coleção Autor)



Blindado
antiaéreo Marder Roland
II em desfile comemorati-
vo ao 7 de setembro de
1977 em Brasília, DF
(Foto: Coleção
Autor)

serviria tanto para o Exército como para a Marinha. Sua munição 40 mm l/70 seria fabricada pela então FI Indústria e Comércio Ltda, no Rio de Janeiro, utilizando espoleta de proximidade, de fabricação nacional desenvolvida pela Prólogo S/A Produtos Eletrônicos.

Este sistema foi desenvolvido contra alvos aéreos de até 6.000 metros de altura. Nele existia um sistema de direção de tiro que incluía várias aplicações possíveis com sensores que englobavam radar de rastreamento, visores óticos diurnos e noturnos, telêmetro a laser, rastreamento por TV e por raio infravermelho. Contava ainda com um radar de vigilância e de um giroscópio para

referência e através de seu computador, o sistema selecionava automaticamente o alvo que oferecesse maior perigo.

O Trinity era mais eficaz contra aviões realizando manobras evasivas e contra mísseis a baixa altura e também contra helicópteros. Sua munição estava disposta em um carregador de 100 tiros e sua cadência era de 330 tiros por minuto.

Porém acabou por não ir adiante, muito embora também foi prevista uma outra versão antiaérea do Charrua que pudesse ser equipada com quatro canhões montados sobre um torre Oto-Melara no calibre de 25mm, ou com quatro mísseis antiaéreos do tipo “Piranha”, mas que também não passou da fase de estudos.

Engesa EE-T4 Ogum versão antiaéreo

Na segunda metade dos anos de 1980, a Engesa – Engenheiros Especializados S/A apresentou um novo veículo blindado, leve compacto, sobre lagartas, projetado para possuir uma grande flexibilidade e apto a desenvolver vários tipos de missões, com uma grande variedade de versões previstas, e dentre elas uma antiaérea armado com duas metralhadoras Madsen 7,62mm, bem como uma que utilizasse uma versão equipada



Disparo de míssil
Roland II do Shelter
desenvolvido e testado
pelo Centro Tecnológico
do Exército – CTEX, no
Rio de Janeiro
(Foto: Coleção Autor)

com mísseis antiaéreos, surgindo assim o EE-T4 Ogum.

Na verdade, foi concebido para atender às necessidades do Iraque, em guerra com o Irã, que precisava de um veículo sobre lagartas na faixa de 4 toneladas, destinado, principalmente, a ser utilizado como plataforma de armas leves.

Esta versão antiaérea foi apresentada na Primeira Exposição Internacional de Produtos Militares, ocorrida em Bagdá, em 1989, e este veículo ficou no Iraque para testes, e acabou largado num quartel em Tikrit, em 1991, devido à segunda guerra do golfo.

Sua estrutura era um monobloco, construído em chapas de aço bimetálica, em aço 1020, o que lhe dava uma resistência estrutural e proteção balística efetiva, segundo o fabricante, contra o calibre 7,62mm AP. O motor era frontal, diesel, BMW modelo M21D24WA-LLK, seis cilindros, potência de 130 HP, caixa de transmissão ZF modelo 4HP22, quatro marchas à frente e uma à ré, para esta versão antiaérea.

Outros projetos

Nos anos de 1980, a empresa Lysan Indústria de Máquinas e Equipamentos Ltda, no Rio de Janeiro, iniciou os estudos para o desenvolvimento de uma torre antiaérea equipada com canhões de 20mm, germinados, para ser acoplada ao Carro de Combate Leve M-3A1 Stuart, os quais o Exército possuía uma grande quantidade, para que alguns fossem convertidos para esta versão, cuja missão era proteger forças blindadas em deslocamentos, chegando a realizar alguns desenhos, mas nada além disto.

Vale ainda registrar que os dois projetos de carros de combate, desenvolvidos, respectivamente, pela Bernardini S/A Indústria e



Blindado Charrua II da Moto Peças equipado com a torre Trinity da CBV com canhão Bofors 40mm
(Foto: Coleção Autor)

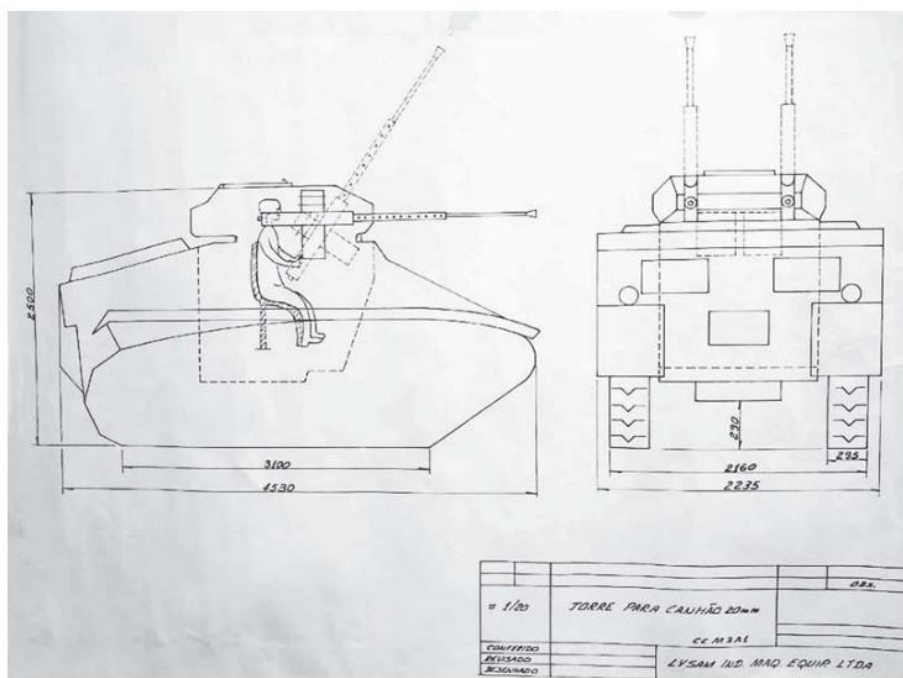
Comércio, com o seu modelo MB-3 Tamoyo III, previa uma versão antiaérea e a Engesa – Engenheiros Especializados S/A, com o seu modelo EE-T1 Osório, também.

Outro projeto relevante surgiu no início dos anos de 1990, foi construído um *mock-up* na escala 1:1, uma ideia gerada no Arsenal de Guerra de General Câmara – AGGC, RS, que consistia em acoplar sobre um blindado, caminhão, barco ou qualquer outra plataforma, uma torreta equipada com

EE-T4 Ogum com torreta antiaérea, armado com metralhadoras 7,62mm, desenvolvido para o Iraque
(Foto: Coleção autor)



Desenho mostrando a torre com canhões geminados de 20 mm que seria desenvolvida pela Lysan Indústria de Máquinas e Equipamentos Ltda para o Carro de Combate Leve M-3A1 Stuart (Desenho: Coleção Autor)



Mock-up da torreta do sistema SIMDABA armada com dois mísseis "Piranha" sendo apresentada no Arsenal de Guerra de São Paulo, em 1998 (Foto: Coleção Autor)

dois mísseis antiaéreos do tipo "Piranha", desenvolvidos e utilizados atualmente no país pela aeronáutica, e que daria capacidade de pronta resposta a ataques aéreos contra colunas de veículos militares, portos, aeroportos, muito embora tenha aparecido sobre diversos vetores, com o nome de SIMDABA – Sistema de Mísseis de Defesa Aérea a Baixa Altura, mas também não foi adiante. Este chegou a ser montado sobre um EE-9 Cascavel e em um EE-11Urtu no Arsenal de Guerra de São Paulo

– AGSP e poderia ser usada em veículos sobre lagartas.

Para finalizar, o curioso é que existiu a possibilidade de produzirmos canhões anti-aéreos Oerlikon nos calibres de 20 e 35mm, num ritmo de sessenta unidades para o modelo 20 mm e 16 unidades para o modelo 35mm por ano, além de seus sobressalentes.

As negociações para a instalação de uma empresa associada com a Oerlikon Italiana, no país, iniciaram-se em 1975 e o programa que previa a sua implantação surgiu em dezembro de 1978, visto que meses antes havíamos adquirido, na Suíça, 18 canhões antiaéreos automáticos Oerlikon tipo 2Z1a/353, além dos equipamentos complementares como geradores elétricos, radares de busca LPD-20 e as unidades de tiro Super-Fledermaus, ao custo de três milhões de dólares para cada conjunto de canhões, os quais foram equipar unidades de artilharia antiaérea no Rio de Janeiro, São Paulo e Caxias do Sul. Estes canhões ainda se encontram operacionais.

Para isto, na época, a empresa responsável pela produção e comercialização, que



Viatura Blindada de Combate
Antiaéreo GEPARD 1A2 do Exército
Brasileiro equipada com canhões
Oerlikon de 35mm
(Foto: Autor)

visava atender ao mercado nacional (Exército e Marinha), bem como a exportação para países da América do Sul e Central, África Equatorial e países produtores de petróleo como Argélia, Irã, Iraque e Líbia, seria a Indústria Mecânica de Sistemas do Brasil (I.M.S. do Brasil), em parceria com a Fábrica de Artefatos Metálicos Ltda (FAM) que previa a construção de uma unidade fabril da IMS em Curitiba – PR, que geraria de imediato 172 empregos

diretos. Participaria também desta associação a IMBEL (Indústria de Material Bélico do Brasil), e um grupo de financiamento brasileiro, o qual não chegou a ser divulgado.

Previa-se que o índice de nacionalização inicial seria de 30% e ao fim de quatro anos chegaria aos 100%, para os canhões e sua eletrônica na casa de 80% ao fim de oito anos, conforme consta dos documentos elaborados à época.




Exedito Carlos Stephani Basto
Pesquisador de Assuntos Militares
defesa@ecsbdefesa.com.br

A PRAÇA FORTE DE PAMPLONA ESPANHA



Jose Vicente Valdenebro Garcia

Imagem aérea de Pamplona,
fronteiras de Magdalena e da França
@Valdenebro



Pamplona ocupa um lugar estratégico por sua proximidade com a fronteira hispano-francesa, o que fez com que, desde sua origem e até o começo do século XX, fosse considerada como uma cidade fortaleza.

Introdução

Pamplona ocupa um lugar estratégico por sua proximidade com a fronteira hispano-francesa (42° 49' 6,2" N, 1° 38' 38,8" W), o que fez com que, desde sua origem e até o começo do século XX, tenha sido considerada como uma cidade fortaleza. Sua fundação remonta ao inverno do ano de 75 a 74 aC. quando Pompeu implantou seu acampamento no entorno da atual Catedral. Desde então, foi vista como um enclave estratégico para dominar as passagens desde a França até o interior da Espanha através do Pirineu Ocidental, situação que lhe impôs como condição de estar sempre fortificada. Como praça forte de primeira ordem, seu complexo fortificado foi aperfeiçoando-se para adaptá-lo às novas táticas bélicas ao longo de sua história. Sua transformação mais importante ocorreu durante o reinado de Felipe II, com a construção de sua fortaleza pentagonal, que, além do mais, obrigou a construção de duas novas faces / fachadas fortificadas para conectá-la com as antigas muralhas da cidade.

A perda da eficácia defensiva de suas muralhas como consequência dos avanços da Artilharia, unida ao forte crescimento demográfico, fez com que estas passassem a ser um estorvo para a cidade e, portanto, um obstáculo a vencer. O desenvolvimento da rede urbana originou a demolição em 1889 de dois baluartes da fortaleza, para permitir a construção da Primeira Ampliação, e do mesmo modo para sua face / fachada sul, entre 1915 e 1921, para possibilitar a construção da Segunda Ampliação. A partir de 1950, ocorreu uma época de tomada de consciência sobre o valor patrimonial das antigas muralhas e realizaram-se alguns trabalhos de restauração e recuperação. A parte conservada, construída entre os séculos XVI e XVIII, foi declarada Monumento Histórico-Artístico Nacional, em 1939, o complexo fortificado e, em 1973, a fortaleza.

Por outro lado, a partir de 2005 se decidiu dar um impulso definitivo à sua restauração com um ambicioso programa de ações. Desde então, as fortificações de Pamplona se converteram em um ponto chave para o desenvolvimento de todo tipo de atividades, in-

tegrando-se na vida sócio-cultural da capital navarra. É possível percorrer o complexo fortificado, com uma longitude que supera os 5km, livre de barreiras arquitetônicas. Além disso, a cidade conta com o Centro de Interpretação das Fortificações de Pamplona localizado no Forte de San Bartolomé.

Este trabalho de conservação foi distinguido com o “Prêmio União Europeia de Patrimônio Cultural / Prêmio Europa Nostra 2012” na categoria de Conservação, edição na qual também mereceu o Prêmio Especial do Público, ao ser eleita pelos cidadãos da União Europeia como a melhor atuação de todas as premiadas. As fortificações de Pamplona constituem na atualidade um dos conjuntos defensivos abaluartados mais interessantes e mais bem conservados da Europa.

Origem e primeiras defesas de Pamplona

Desde o primeiro assentamento romano (ano 74 aC.) onde hoje é a Navarrería, Pamplona adquire sua condição de praça forte, ao ocupar uma posição estratégica dominando as passagens para a Península Ibérica através do Pirineu Ocidental. Seu complexo fortificado original foi se modificando, crescendo durante a época medieval, período no qual, próximos à cidade se construíram dois novos burgos, com população de distintas origens, atraída pela consolidação do Caminho de Santiago. Desde esse momento coexistem, no que deveria ser uma única cidade, três cidades distintas com suas muralhas diferenciadas e separadas por fossos ou terra de ninguém: a cidade da Navarrería (que até 1276 incluía o Burgo de San Miguel), o Burgo de San Cernin e o Povoado de San Nicolás.

Com a unificação dos burgos em 1423, sob o reinado de Carlos III, mediante o “Privilegio da União”, adaptam-se essas defesas criando um único complexo fortificado para a totalidade da cidade, unido aos palácios já existentes e ao castelo medieval.

Em 1513, depois de conquistar o Reino de Navarra, Fernando, “o Católico”, ordenou



Superposição do recinto fortificado do século XVIII sobre a ortofoto de Pamplona

- 1 - Forte de San Bartolomé (*Centro de Interpretação das Fortificações de Pamplona*);
- 2 - Baluarte de Labrit;
- 3 - Passeio de Ronda de Bispo Barbazán (*Fachada da Magdalena*);
- 4 - Catedral de Santa María la Real;
- 5 - Baluarte del Redín;
- 6 - Baluarte baixo de Guadalupe;
- 7 - Revelim dos Reis;
- 8 - Portal de França ou Zumalacárregui;
- 9 - Baluarte baixo de Pilar;
- 10 - Baluarte do Abrevador;
- 11 - Arquivo Geral de Navarra (*antigo Palácio dos Reis*);
- 12 - Prefeitura;
- 13 - Baluarte de Parma;
- 14 - Portal da Rochapea (*demolido em 1914*);
- 15 - Passeio de Ronda – Fachada da França;
- 16 - Portal Novo (*demolido em 1906*);
- 17 - Baluarte de Gonzaga;
- 18 - Forte de San Roque (*demolido*);
- 19 - Revelim de San Roque;
- 20 - Baluarte da Taconera;
- 21 - Portal da Taconera (*demolido em 1905*);
- 22 - Baluarte da Vitória (*demolido em 1880*);
- 23 - Baluarte de Santiago;
- 24 - Baluarte de Santa María;
- 25 - Baluarte Caballero Real;
- 26 - Baluarte de San Antón;
- 27 - Revelim de Santa Teresa (*demolido em 1889*);
- 28 - Revelim de Santa Ana;
- 29 - Revelim e Contraguada de Santa Isabel;
- 30 - Revelim e Contraguada de Santa Clara;
- 31 - Revelim de Santa Lucía;
- 32 - Porta de Socorro;
- 33 - Porta principal da fortaleza;
- 34 - Corpo da Guarda;
- 35 - Forno;
- 36 - Pavilhão de Explosivos;
- 37 - Paiol;
- 38 - Sala de Armas;
- 39 - Forte do Príncipe;
- 40 - Revelim e Portal de San Nicolás (*demolido em 1906*); Baluarte da Rainha (*demolido em 19015*);
- 41 - Revelim e Portal de Tejería (*demolido em 1915*).

a construção do Castelo de Santiago, conforme o projeto de Pedro Malpaso, e se preocupou em modernizar, ampliar e reforçar o complexo fortificado da cidade medieval.

A construção da fortaleza e novas muralhas sob o reinado de Felipe II

Durante o reinado de Felipe II, ocorreu a transformação mais importante do complexo fortificado de Pamplona. Em 1569, o engenheiro Juan Bautista Antonelli visitou a praça de Pamplona e entregou ao rei um amplo relatório com as ações que considerava mais urgentes. Entre elas priorizava a construção de uma nova fortaleza “moderna” para recomençar o Castilho de Santiago que tinha se tornando antiquado. Desta maneira, se garantia a defesa da praça e da fronteira com a França frente a “todo o perigo extrínseco” e, por sua vez, ficava “seguro do perigo intrínseco” ou possíveis sublevações interiores.

Em 11 de julho de 1571, iniciaram-se as obras de uma nova fortaleza pentagonal projetada por Giacomo Palearo “el Fratin”, e na qu

Infografia da evolução de Pamplona.



Pamplona dos três burgos, aproximadamente ano 1400



Pamplona na época de Carlos I, aproximadamente ano 1542

também tomou parte ativa o Capitão General Vespasiano Gonzaga, italiano de nascimento e bom poliorcético, que um ano mais tarde seria nomeado Vice-Rei de Navarra. Inspirada na fortaleza de Amberes, obra de Paciotto de Urbino, tida com cinco baluartes, os quais foram batizados com os nomes de: San Antón, o Real de San Felipe, Santa María, Santiago e Victoria. Em seu interior contava com capela, quartéis, armazens, forno, paiol e outras dependências que foram sendo ampliadas e anexadas nos séculos XVII e XVIII. Diante da escassez de recursos, em sua construção, utilizou-se a pedra do antigo Castelo de Santiago.

A construção da fortaleza, em sua atual localização, trouxe, como consequência, o traçado, por volta de 1580, de duas novas fachadas de fortificações, para ligá-las com as da praça. A primeira unia a fortaleza com o baluarte de Labrit e compreendia os novos baluartes de San Nicolás e La Reina, que seriam derrubados entre 1915 e 1920 para possibilitar a Segunda Ampliação da cidade; e a segunda unia a fortaleza com a fachada norte da cidade, dando lugar aos novos baluartes de Gonzaga e da Taconera.

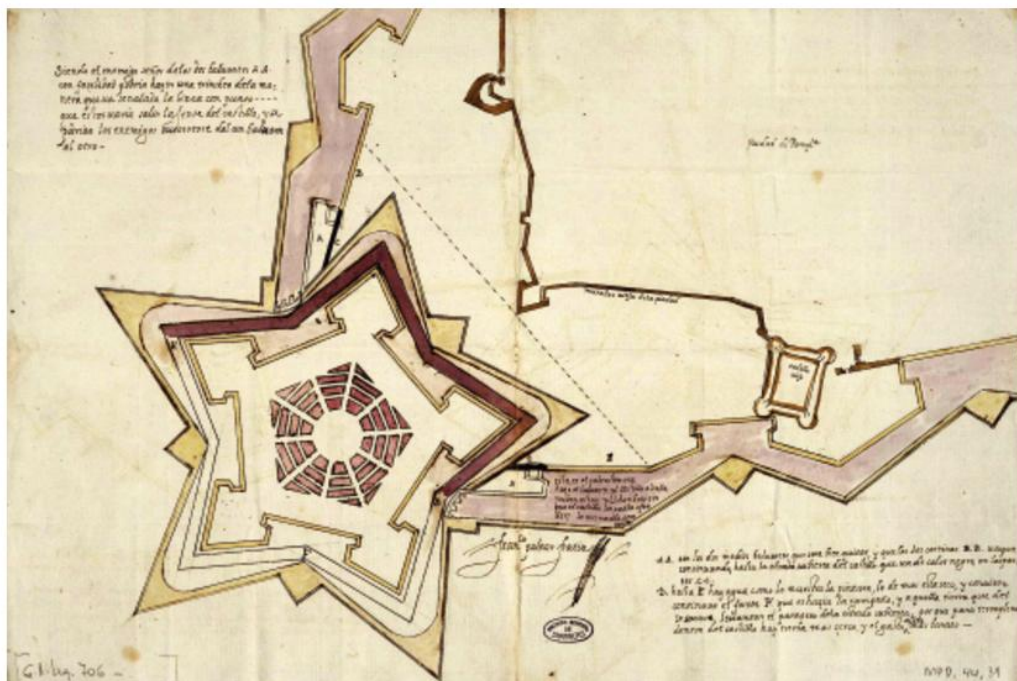
Devido à sua grande extensão e à falta de recursos econômicos, estas novas fortificações foram executadas inicialmente mediante terraplanagens, com estacas e fossos escavados no terreno. Com essa ampliação do complexo se tornou inútil a velha muralha medieval. Em 1584 Felipe II escrevia ao engenheiro Fratin sobre a necessidade de derrubar as muralhas velhas e ta-

par os fossos; foi então quando foram demolidos os baluartes medievais de San Llorente e da Torredonda. Posteriormente, foram abertos quatro novos portais: o da Tejería, em 1640, durante o reinado de Felipe IV, e os da Taconera e San Nicolás, em 1666, e o da Porta Nova, em 1675, durante o reinado de Carlos II.

Defesas exteriores; Contraguardas, Revelins e Lunetas

No reinado de Carlos II “o Enfeitiçado”, e conforme o projeto do engenheiro Juan de Ledesma, em 1685, a fortaleza foi aperfeiçoada com a construção de quatro meias luas de nova edificação (Santa Lucía, Santa Clara, Santa Isabel e Santa Ana) que se somavam à de Santa Teresa, que já existia diante da porta principal. Uns anos mais tarde, entre 1689 e 1691, as contraguardas foram construídas de Santa Clara (ou San Francisco Javier) e de Santa Isabel (ou San Saturnino), obra do engenheiro Esteban Escudero. Corresponde também a esta época a meia lua de San Roque, construída entre os baluartes de Gonzaga e da Taconera, finalizada em 1699.

Apesar dessas melhorias, as defesas de Pamplona não cumpriam com as condições que devia apresentar a praça forte mais importante ante a vizinha França. Por isso, depois da Guerra de Sucessão, em 1714, Felipe V se interessou por sua modernização. Em



Planta do Castelo de Pamplona com as reformas que deveriam ser realizadas para segurança e defesa. Francisco Palear Fratin, 25 de setembro de 1608

@AGS

Os novos Fortes e Baluartes

1711, o primeiro monarca da dinastia Borbon tinha criado o Corpo de Engenheiros seguindo o modelo que desde muitos anos, existia na França, cuja direção recaiu em Jorge Próspero de Verboom, nomeado engenheiro geral dos exércitos, praças e fortificações de to-

dos os reinos, províncias e estados. Verboom, que tinha se formado com Vauban, em 1726, remete ao rei um projeto geral, o último que se realizou efetivamente, para a fortaleza e a praça, que guiará durante todo o século XVIII as obras de melhorias do conjunto fortificado. A este projeto se sucederam interessantes propostas de engenheiros militares como



Revelín e contraguarda de Santa Isabel da fortaleza de Pamplona

@Buzunariz



Vista aérea da fortaleza de Pamplona

Juan Martín Zermeño, em 1756, e Antonio Hurtado, em 1796, que finalmente não foram executados.

Verboom projetou um complexo duplo de fortificações nas zonas mais expostas mediante obras avançadas com o objetivo de retardar possíveis ataques. A defesa do Baluarte del Redín e Portal de Francia foi melhorada com a construção dos baluartes baixos de Guadalupe e do Pilar, e o revelim dos Reis. Igualmente, em 1730, começou a construção dos fortes de San Bartolomé, San Roque e do Príncipe. O primeiro dos fortes se conserva em perfeito estado e hoje em dia é o Centro de Interpretação das Fortificações de Pamplona; o segundo desapareceu visto que não foi construído com pedra; e do terceiro se conserva a base de seu alicerce no interior de um edifício destinado à residência de estudantes.

Na fortaleza, foi modificada a localização da Puerta de Socorro e foram construídas

treze cúpulas a prova de bombas, e junto a esta porta, foi edificada a Sala de Armas (arsenal de artilharia) e foram melhoradas outras edificações com a construção de cúpulas a prova de bomba como é o caso do paiol, o edifício de explosivos e o forno.

Esses projetos terminariam em 1756, reinando já Fernando VI. Durante a metade restante do século e o século XIX continuaram sendo realizados projetos de modernização do conjunto fortificado, de acordo com as limitações de natureza econômica. Na guerra contra a Convenção Francesa, a da Independência (na qual Pamplona, ocupada pelos franceses, sofreu um longo e penoso bloqueio) esteve a ponto de ser explodida pelos invasores. O assédio dos Cien Mil Hijos de San Luis e o novo bloqueio por parte dos carlistas, em 1874, foram experiências mais ou menos afortunadas, das quais se extraíram conclusões. A última delas colocou em jogo a eficácia defensiva das for-



@Prieto

Fachada da França:
Baluartes de
Guadalupe e do
Pilar; e revelim dos
Reyes

tificações, o que daria lugar ao início de gestões a distintos níveis para tratar de conseguir a autorização para sua derrubada, com vistas à ampliação da cidade.

Em 1858, os engenheiros Ortiz de Pinedo e Rodríguez Arroquia elaboraram um projeto de nova construção, que, caso fosse executada, significaria o desaparecimento das muralhas do século XVI. A partir de 1878 se iniciou a construção do Forte de Afonso XII, no monte de San Cristóbal, que viria a materializar as novas teorias sobre técnicas de fortificação. Este Forte, desenhado pelo engenheiro militar Jose de Luna e Orfila, fez parte de um plano geral de defesa da fronteira com a França. Seus principais objetivos foram: resistir aos ataques da artilharia e infantaria inimiga, ter capacidade de autodefesa, impedir a aproximação do inimigo à bacia de Pamplona e ocupar o cume do Monte San Cristóbal. Nunca chegaria a ser empregado com fins bélicos.

A queda das Muralhas

Enquanto que para o estamento militar a manutenção das fortificações de Pamplona era

fundamental, para a população, as muralhas simbolizavam a opressão, o fechamento ao progresso, à modernidade e a impossibilidade de expansão urbana. Essa situação fez com que a Câmara Municipal enfrentasse, por mais de cem anos, as consequências da Guerra para conseguir a eliminação de suas muralhas.

Terminada a Segunda Guerra Carlista (1846 – 1849) e tendo em vista a ineficiência de suas fortificações, a Câmara de Pamplona iniciou sua batalha particular pela destruição do recinto fortificado tendo como principal argumento a necessária expansão urbanística de Pamplona devido à superlotação e às precárias condições de higiene da população no perímetro interior da fortificação, algo que havia aumentado notavelmente o nível de mortalidade dos habitantes da cidade. Esta petição viria reforçada pela decisão de construir um moderno forte no monte de San Cristóbal.

Uma Ordem Real do ano 1888 autorizou a derrubada parcial dos baluartes da fortaleza (San Antón e La Victoria) e a inutilização de seu fosso interior, para possibilitar a primeira ampliação da cidade. Em 1905, outra Or-

Forte de San Bartolomé e
Baluarte de Labrit



@Prieto

dem Real autorizou a reforma e demolição parcial de alguns portais com o fim de dar maior amplitude aos acessos à cidade, que eram estreitos para as novas carruagens e veículos motorizados.

E finalmente, a tão esperada autorização para a demolição das muralhas aconteceu em 7 de janeiro de 1915, sendo Alfonso Gaztelu, o prefeito. O início da demolição se deu em 25 de julho desse mesmo ano, sendo um acontecimento celebrado em grande estilo na cidade e noticiado em toda imprensa local como um “dia de júbilo extraordinário”. Em 1921, a demolição necessária para possibilitar a segunda expansão já estava terminada, havendo desaparecidas as telas da frente sul entre a fortaleza e o baluarte de Labrit. Se eliminariam os baluartes de São Nicolás e da Rainha, assim como os portais de San Nicolás e a Tejería.

Praticamente, ao mesmo tempo que começaram as demolições, apareceram as primeiras vozes que defendiam a não demolição por seu valor histórico e patrimonial. Apenas sete anos depois do início dessas demolições, organismos como a Comissão de Monumentos Históricos e Artísticos se opuseram à con-

tinuação das demolições e poucos anos mais tarde começaram a realizar alguns trabalhos de conservação e limpeza das fortificações que haviam ficado de pé. As muralhas seriam declaradas Monumento Histórico-Artístico Nacional, em 1939.

Em 1965, o exército cedeu a fortaleza a Câmara Municipal de Pamplona para fins culturais. Uma pequena cidade que conservou apenas seus edifícios mais interessantes: Paiol, Pavilhão de Explosivos, Forno, Sala de Armas e Corpo da Guarda, os quatro primeiros convertidos em salas de exposição e o último em sala de informação. Hoje em dia constitui um importante espaço cultural e um dos parques mais concorridos para o disfrute de todos os cidadãos.

Perdida a função defensiva, os trabalhos de manutenção deixaram de ser prioridades e, exceto o período compreendido entre 1950 e 1966, no que se atuou de forma generalizada, se realizaram exclusivamente ações pontuais naqueles muros que iam apresentando problemas de estabilidade. Isto fez com que a vegetação se enraizasse entre as placas de pedra, causando problemas na estabilidade e aparência do

monumento. Por sua vez, a cidade antiga, que cresceu no interior das muralhas ficou obsoleta e com sua infraestrutura degradada, algo que se tornou mais premente em relação à proximidade dos limites da fortificação.

Uma década de melhorias na conservação e promoção – 2005-2015

Foi no início do século XXI quando, de baixo do mandato da prefeita Yolanda Barcina, se colocou em prática um ambicioso plano para Conservação e Promoção das Fortificações de Pamplona que houve o impulso definitivo para a recuperação da muralha e seu entorno. Baseava-se no Plano Especial de Proteção e Reforma Interior da Zona Histórica (2001), o Plano de Atuação Fortificações de Pamplona (2006) encarregado pelos arquitetos Verónica Quintanilla e Joaquín Torres, e seguia as recomendações internacionais sobre intervenção no patrimônio entre as quais se destacava o Memorando de Viena – Patrimônio Mundial e Arquitetura Contemporânea. Gestão de Paisagem Histórico Urbano (2005),

O plano se centrou em três eixos: O primeiro, dirigido a realizar ações específicas de conservação e restauração do monumento. O segundo, levar adiante melhorias funcionais

no entorno no âmbito de: habitações, equipamentos, espaços públicos e acessibilidade para mobilidade. E o terceiro, voltado para a revitalização e promoção do próprio local fortificado com o objetivo de divulgar seus valores históricos e arquitetônicos.

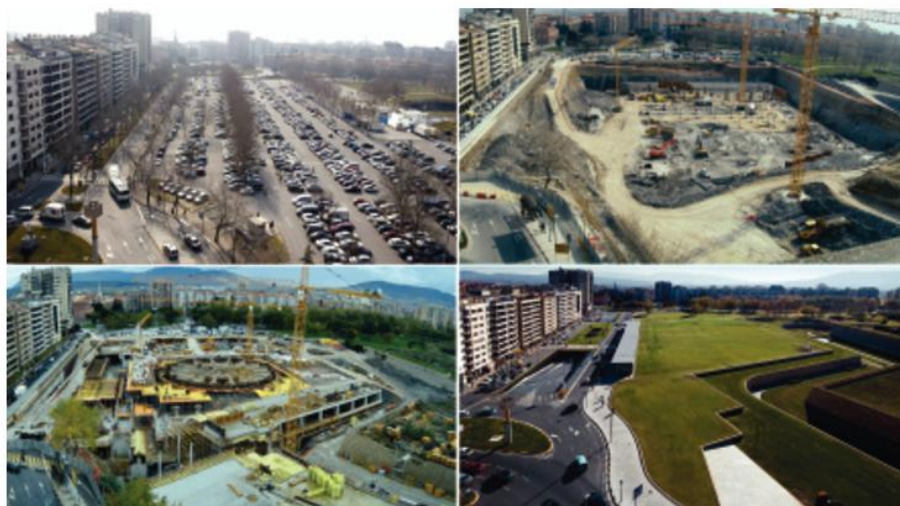
Desenvolveram-se mais de vinte ações que foram desde a reconstrução do Portal da Taconera em 2002 até a finalização da reconstrução do Baluarte Labrit e Fronte da Magdalena em 2014. Entre elas se realizaram outras ações como: a reurbanização do passeio de ronda correspondente aos frentes da Magdalena e França [2003]; a restauração do fronte da França [2007]; a pavimentação dos caminhos interiores da fortificação [2006]; a construção de uma nova estação de ônibus que permitiu a reconstrução das telas, fosso, contraescarpa e o declive de revelim de Santa Lucía [2007]; a restauração das telas das muralhas e a reurbanização do passeio de ronda junto ao Arquivo Geral de Navarra, antigo Palácio dos Vice-Reis de Navarra [2009]; restauração do conjunto da Taconera com intervenções no passeio da ronda, baluarte de Gonzaga, baluarte da Taconera, revelim de San Roque e Portal Nuevo [2009]; a restauração do fronte da Rochape e urbanização da praça Virgem de la O [2010]; a restauração das defesas exteriores da fortificação com ações nas contraguar-



Revelim e contraguarda de Santa Clara, antes e depois das obras de restauração

@Valdenebro

Nova estação de
autobuses e
recuperação do
revelim de Santa
Lucía da cidadela
de Pamplona



@Valdenebro

Elevadores urba-
nos Rochapea-Calle
Descalzos @Cutillas



@Cutillas

Elevador urbano
da Meia Lua e
passarela de
pedestres



@De Luis

das e nos revelins de Santa Clara e Santa Isabel, no revelim de Santa Ana e na Puerta de Socorro [2011].

Essas intervenções se completaram com três importantes ações no âmbito da mobilidade e acessibilidade urbana: a construção dos elevadores em frente ao Rochapea que liga este bairro e a rua Descalzos na Zona Histórica da cidade evitando uma subida de 30 metros [2008]; o elevador urbano da Media Luna que economiza uma subida de 20 metros [2010]; e uma passarela de 73 metros junto ao Baluarte de Labrit que liga o centro histórico e Segundo Ensanche [2010]. Com estas ações se realizou o sonho de ligar bairros que as muralhas e o próprio terreno haviam separado historicamente, criando novos eixos de pedestres e convertendo o passeio da ronda da muralha em uma agradável caminhada de quase cinco quilômetros.

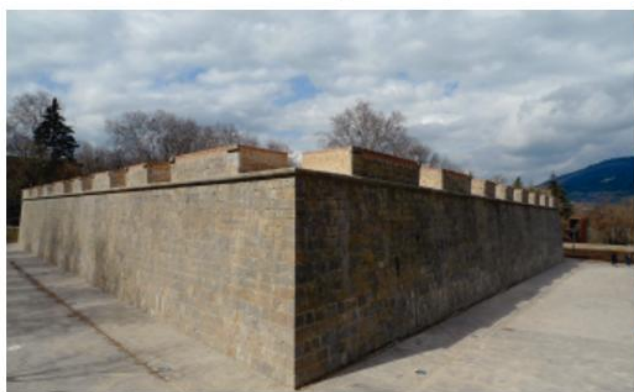
No início de 2011, finalizava a restauração do Fortim de San Bartolomé que se converteu no Centro de Interpretação das Fortificações de Pamplona. Trata-se de uma construção singular, o último elemento da fortificação que foi erguida no final do século XVII, que voltou a abrir suas portas como ponto de encontro e acolhimento para cidadãos e visitantes, como espaço que explica, de forma didática, participativa e adaptada as diferentes idades e capacidades, a evolução das muralhas de Pamplona; o progresso e o aperfeiçoamento das técnicas de ataque e defesa; um lugar que aproxima o visitante a forma de vida e as tradições no interior da fortaleza; um lugar em que às muralhas de

Pamplona dialoga com outras fortificações espanholas, europeias e americanas.

A partir desse centro é possível desfrutar de um agradável passeio totalmente acessível de mais de cinco quilômetros de comprimento pela borda da muralha. Este percurso foi complementado por painéis e mesas interpretativas dotadas de infográficos explicativos da evolução de um conjunto fortificado e de informações em vários idiomas de sistema de leitura braille.

Em resumo, mais de vinte ações com um investimento superior a 80 milhões de euros, incluindo algumas novas dotações e infraestruturas (estação de ônibus, parques de estacionamento subterrâneos, centro de interpretação...) cuja integração se tornou uma oportunidade para possibilitar a investigação arqueológica e a restauração do monumento. Essas ações foram possíveis graças a uma procura ativa de recursos econômicos concretizados no cofinanciamento por parte do Governo de Navarra, do Governo da Espanha e da União Europeia. A Câmara Municipal não teria sido capaz de assumir pelos seus próprios meios e, além disso, muito provavelmente, os cidadãos não teriam compreendido que, existindo outras necessidades na cidade, a assembleia as teria realizado por seus meios.

Uma vez alcançados estes objetivos e depois de todo o trabalho e recursos investidos, não se devia cair na autossatisfação e deixar que com o passar do tempo os agentes externos novamente causassem patologias nas telas e estruturas restauradas. Com essa abordagem, durante o mandato do pre-



Fortín de São Bartolomeu – Centro de Interpretação das Fortificações de Pamplona

@Prieto

Baluartes de Pilar e Portal da França, pelo qual acessa o Caminho de Santiago à cidade. Conta com uma ponte levadiça cuja manobra de abertura se realiza todos os anos na tarde de 5 de Janeiro para permitir a passagem dos Reis Magos



@Valdenebro

Mesas interpretativas do monumento



@Valdenebro

feito Enrique Maya, foi desenhado um plano de manutenção e conservação preventiva baseado em uma metodologia de trabalho sistemático que permite identificar, avaliar, detectar e controlar os riscos de deterioração do monumento.

A realização desses trabalhos contínuos ao longo do tempo é fundamental para a sustentabilidade do patrimônio e, por conseguinte, a única forma de evitar a sua rápida deterioração e a necessidade de empreender novas ações complexas e dispendiosas. No final de 2014, foram adjudicados pela primeira vez esses trabalhos e hoje já é uma realidade a implementação desse plano, onde ações relacionadas com a melhoria

da acessibilidade, a sinalização e a interpretação do monumento também estão presentes.

O retorno do patrimônio militar tem sido comum na maioria das cidades que ocuparam um lugar relevante na defesa de seus territórios. A condição de fronteira de muitas cidades não só fez que se fortificassem para proteger-se a si mesmas, mas também para resguardar a própria linha divisória entre diferentes países. Por isso, tal como outras interessantes praças fortes, Pamplona deve ser entendida dentro de um conjunto mais amplo como sistema defensivo pirenaico.

Bayona, cidade geminada com Pamplona desde 1960, é uma delas. Teve uma história

Gestão, inovação e desenvolvimento sustentável do patrimônio militar

paralela e seus cidadãos tiveram idênticos sentimentos e aspirações para com suas muralhas: necessidade de defesa, impossibilidade expansiva, ânsia de demolição e finalmente o símbolo de sua cidade a conservar e potenciar. Bayona, Castrum romano na sua fundação, sempre foi uma cidade militar. Suas defesas estratégicas determinaram a evolução da cidade até o início do século XX.

Esse ponto de vista, pelo qual é difícil entender o patrimônio fortificado desde a individualidade, levou Pamplona e Bayona a beneficiarem-se de financiamento da União Europeia. Ambas as cidades empreenderam juntas, com o projeto FORTIUS, o Projeto de valorização turística e cultural do patrimônio fortificado de Pamplona e Bayona, um caminho focalizado à compreensão conjunta de seu patrimônio defensivo, gerando um sentido de identidade e de coesão que ajuda a consolidar o sentimento de pertencimento à União Europeia dos seus habitantes. Um projeto que o país com o foco no desenvolvimento econômico e promoção de emprego em ambas as cidades, aproveitando a oportunidade que se oferecia o patrimônio fortificado e a busca de sua capitalização e gestão sustentável.

O projeto Fortius (2011-2015) inscreveu-se no âmbito do Programa Operacional de Cooperação Territorial Espanha - França - Andorra [POCTEFA] promovido pela Comunidade de Trabalho dos Pirenéus [CTP] e contou com o financiamento dos Fundos Europeus para o Desenvolvimento Regional – FEDER. O financiamento deste projeto permitiu completar alguns trabalhos de restauração como é o caso do Baluarte de Labrit e realizar um Plano Paisagístico da frente de Magdalena no qual se buscava um equilíbrio entre o monumento e a vegetação de seu entorno.

E assim se destacou, porque conseguiu encher de vida as muralhas de Pamplona. O financiamento deste projeto permitiu que se desenvolvessem muitos eventos entre 2011 e 2015, convertendo o conjunto murado de Pamplona, e especialmente sua cidadela, em um espaço cultural e de lazer. A maior parte da programação de verão do Município de Pamplona foi desenvolvida no ambiente murado sob o nome de Ciudadelarte. Realizaram-se todo o tipo de concertos, jornadas gastronômicas, exposições artísticas, dança vertical sobre as telas da muralha, visitas teatralizadas ou visitas a lugares das muralhas pouco acessíveis e desconhecidos para a maioria dos cidadãos, recreações históricas, atividades esportivas com percursos de running e ciclistas, uma importante corrida noturna anual no entorno das muralhas.

A maior parte dessas atividades foram projetadas para realizar em família. Os cidadãos compareceram em massa aos eventos, com uma importante melhoria nos indicadores turísticos quanto a visitas e pernoites na cidade. Além disso, com essas atividades, pode-se constatar a demanda existente, e o sucesso que representa, por parte de cidadãos e turistas para aproximar-se e compreender o patrimônio defensivo de uma forma diferente. Tratava-se de que os participantes nestas atividades pudessem desfrutar de uma experiência única e pudessem sentir como se fizessem parte da história do monumento.

Outro dos objetivos importantes desse projeto era a pesquisa e divulgação do patrimônio e arquitetura militar dessas cidades. Para o efeito, foram criados sítios web, foram editadas publicações para diferentes tipologias de público e foram realizadas reuniões científicas.

Diante do grande sucesso desta experiência, Pamplona e Bayona desenvolveram Creacity (2016-2019), um novo projeto europeu com objetivos quase idênticos que também incluiu como sócio o município espanhol de Hondarribia. Esse projeto permitiu continuar a inovar e consolidar as atividades mais bem-sucedidas iniciadas nos anos anteriores com o projeto Fortius.



Recorte da cidadela de Pamplona





Revellín e Contraguardia de Santa Isabel da Cidadela

Conclusão

As muralhas urbanas fazem parte indissolúvel da paisagem cultural em que se inserem na vida cotidiana das cidades. É impossível entender a cidade e seu desenvolvimento urbano prescindindo de seu recinto murado, mesmo quando este desapareceu.

As muralhas de Pamplona, em seu dia de barreira por sua função defensiva, são na atualidade lugar de lazer e elemento de integração do patrimônio cultural e ambiental da cidade. O entorno próximo à muralha se converteu em um ponto de encontro e nexos de união dos bairros da cidade, em uma muralha urbana acessível e adaptada aos novos tempos que incorpora modernas dota-

ções. Houve muitos debates e planos sobre como agir em recintos murados. Mas poucas cidades passaram do mundo das ideias para a realidade.

Pamplona conseguiu um perfeito equilíbrio entre conservação e funcionalidade. Os novos usos se tornaram uma oportunidade para a recuperação e enriquecimento da paisagem urbana da cidade, bem como para a pesquisa arqueológica e a restauração do monumento. As novas dotações e as melhorias funcionais permitiram que os cidadãos se aproximassem das antigas muralhas, as sentissem e se apropriassem verdadeiramente delas ao descobrir um patrimônio vivo.

Curriculum Vitae

Dr. Jose-Vicente Valdenebro Garcia

Arquiteto. Professor do Departamento de Engenharia da Universidade Pública de Navarra (Espanha). Membro do ICOMOS. Mestre de Edificação pela Universidade de Navarra, e Diplomado em Direção Geral de Empresas pela IESE Business School. Foi Gerente Municipal do Município de Pamplona [2011-2015] e Diretor da Área de Projetos Estratégicos do Município de Pamplona [2003-2011] onde participou de forma ativa no desenvolvimento urbano da cidade e liderou importantes projetos de regeneração urbana e paisagística como o Plano Integral de recuperação dos Rios de Pamplona, a reurbanização do Centro Histórico e Segundo Ensanche da cidade, o Plano de Conservação e Promoção das Fortificações de Pamplona, o projeto internacional FORTIUS - Valorização turística e cultural do patrimônio fortificado de Pamplona e Bayonne.

Nossos leitores



Os artigos bem elaborados, desde o editorial, homenageou pessoas queridas que se foram e marcaram a presença na história da Instituição. A comemoração dos cem anos da nossa Intendência no Suplemento Especial, destaca a importância do serviço no apoio, a operacionalidade e administração permitindo o sucesso ao longo da nossa história.

*Gen Ex Francisco Roberto de Albuquerque
Ex-Comandante do Exército*

insofismável o que a FUNCEB realizou em prol da Cultura e da preservação da memória militar brasileira.

As publicações são lapidares e contribuem para o embasamento cultural da sociedade.

*Gen Div Leone da Silveira Lee
Ex-Comandante da 1ª DE*

Sou assinante da FUNCEB e recebi o Suplemento Especial, Os cem anos da Intendência. Ao ver o autor do trabalho já imaginei a qualidade do mesmo. Parabéns! Como bom infante e Ex-Cmt de OM, me delicieei com o que li.

Cel Inf José Roberto Moretti Guedes

Com grande prazer, finalizei a leitura da edição nº 35 da Revista Da Cultura. Mais uma vez constato o conteúdo de excelente nível e bastante atraente, sobretudo os temas ligados História Militar. Nesta edição, cumprimento especialmente pela matéria versando sobre a Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL), não apenas pela qualidade do conteúdo, mas também pela possibilidade de divulgar empresa de tamanha relevância para a base industrial de defesa. Aproveito para estender, como Subchefe do Centro de Comunicação Social do Exército, nossos agradecimentos pelo inestimável apoio da FUNCEB ao fomento das atividades culturais do nosso EBE e preservação de nossa tradição histórica.

*Coronel Inf Carlos Frederico Cinelli
Subchefe do Centro de Comunicação Social do Exército*